

## ÁFRICA CENTRAL DO OESTE EM VÉSPERAS DA PARTILHA COLONIAL: UM ESBOÇO HISTÓRICO DO SÉCULO XIX

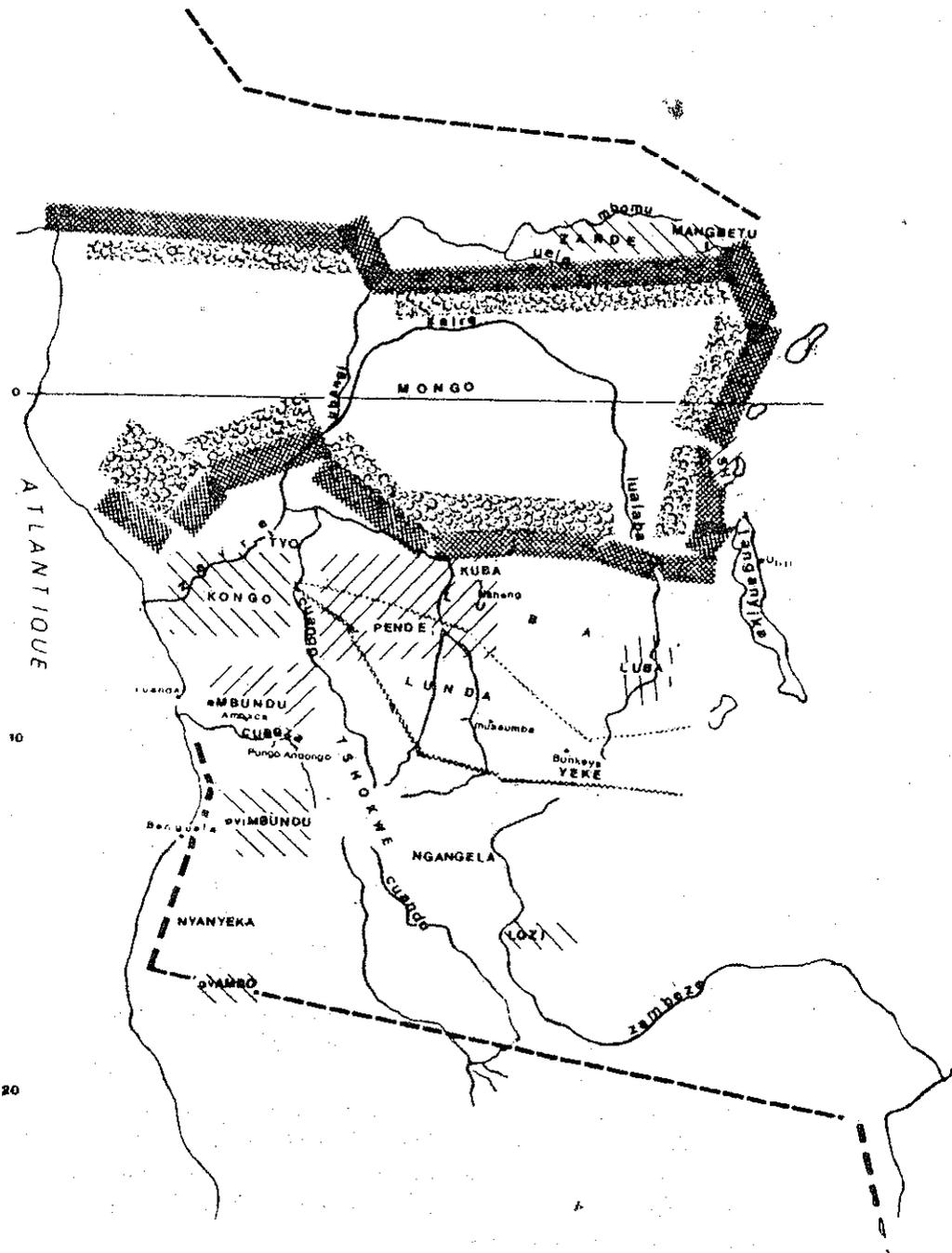
Jean-Luc Vellut

*Professor da Universidade Católica de Louvain*

### INTRODUÇÃO

Os limites da região que ora estudamos são, a grosso modo, delimitados pela costa atlântica a oeste, o lago Tanganica e a crista Nilo-Zaire a leste, as savanas de Ubangi ao norte e pelo planalto que, ao sul, marca a separação das bacias do Zaire e do Zambeze. De acordo com o período que se vai tratar, seria inútil querer situar a história desta imensa região da África central somente sob um signo e conceder, por exemplo, toda a primazia a um tema como este das trocas (o "comércio a longa distância") ou ao tema da violência, e particularmente desta violência que foi gerada pelo comércio de escravos e que serviu de pretexto às intervenções estrangeiras do fim do século. Na época que nos interessa, as ligações da África central com seu passado mais antigo são ainda muito profundas: particularmente, na ocupação do meio, e mesmo em suas tradições políticas e culturais, a região segue um itinerário que se inscreve em uma longa continuidade e onde a mudança é perceptível, mas em um ritmo lento.

Na verdade, em diversas regiões, o setor das trocas adquiriu uma importância considerável no seio da vida econômica africana do século XIX. É assim que esta ou aquela atividade comercial em desenvolvimento pode determinar uma história política, uma organização social, uma divisão da população. Em última análise, estes movimentos da vida comercial eram determinados, por sua vez, pelas conjunturas da economia mercantil mundial: seu peso se fez sentir sobre nossa região, no século XIX, e sua história anunciou as grandes partilhas futuras.



- CUANZA fleuve, rivière
- KONGO peuple
- Namongo ville
-  limites approximatives de la forêt humide
-  limites approximatives de la savane et forêt claire
-  limites de la région où prédominent des titres politiques d'origine Lunda
-  zone de densité de population

Certamente, uma explicação do período deve ficar fiel a uma dupla exigência. Antes de tudo, evocar a vida dos povos da região: vida pacífica de labor agrícola, ocupação do meio, exploração dos produtos da floresta, vida de equilíbrios e de concessões no exercício do poder, de procura, enfim, da "boa vida", tal como lhes inspirava uma civilização milenar, mas também como lhes influenciavam as novas conjunturas do século XIX. Ao mesmo tempo, com efeito, trata-se de mostrar que a África central dos anos 1800-1880 estava em processo de integração progressiva na rede do comércio mundial, e que a história do período é também aquela da coexistência entre as dinâmicas das antigas sociedades da região e o movimento determinado pelos centros de economia capitalista na Europa e no Novo Mundo. Esta coexistência ocasionou mudanças: reforço da opressão, tentativas africanas de lançar as bases de uma primeira acumulação, primeiros projetos europeus para organizar os espaços econômicos da África central, monopolizá-los e "racionalizá-los". Já no século XIX, antes do período colonial, a região havia adquirido certos traços que, mais tarde, lhe deram as características de uma periferia da civilização industrial.

A apresentação que vem a seguir esforça-se em respeitar os grandes temas que procuram dar um cunho particular aos anos 1800-1880.

### I. Demografia e sistemas de produção das sociedades da África central: tendências perceptíveis no século XIX

Nos anos 1800-1880, a distribuição da população da África central conserva uma característica antiga: as densidades acusam grandes contrastes, cujos traços são visíveis ainda hoje. A organização da produção também não apresentava um quadro diferente. Embora houvesse afinidades que os unissem, os sistemas agrícolas bantu conheciam modos variados de valorização econômica, segundo a região (a necessidade de pousos mais ou menos longos, a adaptação dos solos a esta ou aquela cultura, etc.); segundo a pressão da população e, eventualmente, a necessidade de adotar métodos mais intensivos de exploração, segundo, enfim, a organização e a história da sociedade: são estes diferentes fatores que permitem compreender por que imigrantes, em um novo meio, aí introduziram seu antigo sistema de valorização econômica ou por que, ao contrário, eles inovaram ou por que, enfim, a agricultura de uma região pouco se modificou pelas imigrações ou conquistas (ao mesmo tempo que estas desempenhavam um papel político decisivo).

De fato, a diferença da região em relação à distribuição espacial dos homens não se explica pela influência de um fator determinante: muitos elementos aí participaram: o meio ambiente, os acontecimentos históricos, os fatores sociais e econômicos. Separados ou simultaneamente, eles modelaram a história do povoamento e da economia de Angola e da bacia do Zaire, no século XIX.

Uma primeira observação se impõe: no século XIX, as sociedades da África central conservaram numerosos traços herdados dos tempos mais antigos. Como no passado, a vida econômica foi dividida em alguns grandes setores. Esta divisão permaneceu fundamentalmente sem alterações, mas a importância respectiva dos diferentes setores variou segundo as conjunturas e, então, é possível distinguir tendências, movimentos e a trama de uma história.

Em vastos territórios, e apesar da diversidade dos sistemas culturais, o setor da produção agrícola permaneceu marcado pelo seu caráter extensivo. Esta forma de exploração era, então, a que convinha melhor aos solos

pobres das florestas ralas e de diversos tipos de savanas predominantes na região. Esta agricultura era praticada por uma população de pequena densidade, segundo os critérios do século XX e que não podia, sem dúvida, em nenhum caso, ultrapassar oito habitantes por km<sup>2</sup> para as sociedades da floresta rala. Entre as últimas, a antiga agricultura africana de cereais (eleusine, milho miúdo, sorgo) ocupava um lugar importante. Em compensação, em certos meios, de uma superfície às vezes exígua (à proximidade de cursos d'água, por exemplo), a agricultura se diversificou, se intensificou e permitiu uma polarização da população junto a capitais e domínios: alguns destes núcleos densos são antigos; é o caso das regiões de origem do reino Kongo, ou dos domínios Luba do vale do Lualaba. A partir do século XVII, em alguns casos (o reino Kuba, por exemplo), mas sobretudo no século XVIII, a introdução das plantas americanas desempenhou um papel importante na diversificação da agricultura africana.

As zonas de cultura intensiva desempenharam um papel histórico importante por causa de sua concentração populacional. Entretanto, em extensas áreas, a agricultura fornecia somente uma parte dos recursos alimentares. É o caso das variantes de floresta rala (*miombo* no Shaba, *mato de panda* em Angola) que ocupam uma área maciça ao sul do equador, e principalmente no Zaire e a leste de Angola, até aproximadamente 16-17º de latitude sul, limite das principais espécies florestais deste ecossistema<sup>1</sup>. Este meio permitia somente uma ocupação humana espaçada (o máximo de oito habitantes por km<sup>2</sup>). De fato, a coleta de numerosas plantas alimentares, a caça (animais selvagens, insetos, etc.) e a pesca ocupavam um lugar importante na vida econômica, de tal forma que o calendário da coleta servisse de complemento essencial a uma produção agrícola ainda pouco desenvolvida e sujeita a diversas eventualidades. Em pleno século XX, o conhecimento que a população dos vilarejos possuía sobre fontes alimentares fornecidas pela coleta (lagarta, mel, roedores, etc.) continua importante nas zonas de floresta seca e ele testemunha a importância que este setor ocupou ainda recentemente na vida econômica de populações pouca densas. No século XIX, as conjunturas comerciais contribuíram para reforçar este setor:

1 Estas florestas ralas são resíduos de antigos clímax de floresta seca (*muhulu*). Elas são caracterizadas por uma grande proporção de espécies zambebianas. Ver os trabalhos de F. Malaisse e principalmente: Malaisse, F.; et. al. The miombo ecosystem: a preliminary study. In: Golley/P. & F., eds. *Tropical Ecology*, p. 363-405. Athens, Ga., 1972.

a coleta da cera para a economia de trocas deu, por exemplo, um incentivo acentuado à exploração do mel selvagem.

Os setores da metalurgia (cobre, ferro), da produção do sal, do artesanato, ocuparam uma importância variável de acordo com as sociedades e as conjunturas. A técnica, aqui, permaneceu bastante estacionária, simples (os ferreiros podiam construir em algumas horas uma pequena oficina móvel de preparação do ferro), mas suficientemente elaborada para permitir uma produção que satisfizesse as simples necessidades das sociedades da região.

Ainda aqui, as exigências do calendário agrícola estão presentes, estando a mão-de-obra somente disponível em alguns períodos do ano. Por esta razão, no século XIX, os fundidores de cobre dos planaltos do Shaba recorreram a trabalhadores assalariados da estação. Na mesma região, a produção do sal também estava ligada a um período do ano. Estes setores da vida econômica permitiam a certos grupos permutar sua produção e assegurar um complemento alimentar em tempos de escassez ou seca. São estes mesmos setores que, mais que a agricultura, forneceram a certas oligarquias uma ocasião de acumulação primitiva: apropriando-se das rendas das salinas, os domínios lunda tiveram melhores condições para financiar o estabelecimento de comunicações a longa distância, através da floresta rala do Alto Shaba.

O setor de trocas completa, enfim, este esquema da vida econômica na África central: domínio de importância variável, setor privilegiado dos esforços de acumulação por oligarquias militares como também por linhagens ou indivíduos empreendedores, as trocas estão em expansão na região, desde o século XVIII; em nosso período, graças a uma acentuada procura de produtos, o marfim em primeiro lugar, arcam com despesas elevadas de transporte.

As transformações profundas das sociedades pré-industriais estão ligadas, em última instância, à capacidade de capitalizar um excedente demográfico e, ao mesmo tempo, um tipo de agricultura por eles praticada. Tem-se condições de definir, em suas grandes linhas, a demografia de sociedades que praticavam uma agricultura extensiva e que conservavam um importante setor de coleta: aí, a natalidade é elevada (entretanto com variações importantes de acordo com as sociedades), como também a mortalidade. Esta é agravada por "altas taxas de mortalidade", conforme a conjuntura. Resulta daí uma taxa de crescimento que não tem nada de

comum com as taxas muito elevadas do século XX: estima-se geralmente a 0,04% por ano <sup>2</sup>.

Durante os séculos anteriores, na região que nos interessa, o crescimento lento era freqüentemente absorvido por deslocamentos populacionais nas florestas ralas e nas savanas da África central: estas "migrações", deslocamentos de pequenos grupos em variadas distâncias, transformaram progressivamente o meio (florestas secas, florestas ralas) pelo fogo, desmatamento, etc. Certas etapas destas expansões deixaram traços profundos na memória coletiva e nas tradições das "migrações" das sociedades da região: elas são a expressão de aumento demográfico lento em um meio ambiente que favorecia um povoamento disperso. Este tipo de povoamento de baixa densidade não constituía, entretanto, uma regra absoluta e existia, como já foi dito, alguns núcleos de povoamento mais denso. Parece provável que o comércio de escravos, a partir do século XVI, absorveu o baixo crescimento demográfico do tempo, ainda que as perdas tenham sido desigualmente distribuídas no espaço: o tráfico contribuiu para acentuar os contrastes demográficos entre zonas densas e zonas de povoamento disperso entre as quais se podia, sem dúvida, encontrar os resíduos, doravante despovoados, de antigas regiões densas.

Concluindo, antes do século XIX, o crescimento da população da África central permaneceu irregular, em "dentes de serra", comprometido por recuos brutais, devido à fome, às guerras, às pilhagens e, em boa parte, às epidemias.

No século XIX, a história da população da região não apresenta ruptura fundamental com o passado, mas, contudo, é possível pressentir certas tendências que distinguem os anos 1800-1880 dos períodos precedentes.

À época que nos interessa, a agricultura africana geralmente assimilou as contribuições americanas. A cronologia da ocupação do meio, pelas antigas agriculturas da região, não pode ser seguida detalhadamente, variando de acordo com as sociedades e os meios. Pode-se, entretanto, adiantar sem risco de erro que, desde o século XVIII, estas transformações não se limitam tão somente a alguns meios, mas que, através de toda África central, zonas se desenvolveram, onde a produtividade da agricultura tornou-se

2 Introdução geral e bibliografia em: Clark, C. *Population Growth and Land Use*. Londres, 1967.

tão importante que veio a ser uma atividade econômica primordial e deixou em plano secundário as atividades de caça, de coleta, etc. Na verdade, todas as variedades americanas (milho, mandioca, batatas-doces, feijões, etc.) não foram adotadas em todos os lugares da mesma maneira. Certas regiões como a dos Luba no Shaba, e sua periferia até o lago Tanganica, só adotaram a mandioca no século XX; em Ubangi, somente os Banda ocidentais conheciam a mandioca no fim do século XIX, e a planta era desconhecida mais a leste; entre Uele e Aruwimi, em contrapartida, os Mangbetu conheciam o milho e a mandioca desde o fim do século XVIII; no sul de Angola, os Ovambo e Nhumbi conheciam o milho somente para o preparo de doces... Entretanto, de maneira geral, as contribuições americanas tornaram-se, desde o século XVIII, parte inerente das agriculturas africanas e, particularmente, das agriculturas mais intensivas que foram praticadas nas zonas de densidade do século XIX. Em certos casos, a lembrança da introdução destas novas plantas começou a desaparecer e as inovações americanas, bem cedo, deixaram de ser consideradas como importações estrangeiras. Na região Mongo, por exemplo, a ocupação do meio para a agricultura africana estava terminada no início do século XIX: para o Baixo Rio dispõe-se, nesta época, do primeiro inventário sistemático da flora da África central (expedição Tuckey, 1818) e ele testemunha o uso difundido das variedades americanas. Na época colonial, um inventário detalhado da agricultura Congo revelava que importações americanas, como muitas variedades de batata-doce, de amendoim, de milho, etc., eram conhecidas na cultura oral como sendo de origem "local", como também os inhames, veandzou, etc.<sup>3</sup> Não é raro, entretanto, que ainda hoje provérbios ou ritos vêm lembrar que a base agrícola africana antecipou os empréstimos americanos dos séculos XVIII ou do XIX: um provérbio mongo ("bonlaífo áfôkité ngá momá") assegura que "mandioca doce não se torna, jamais, inhame", quer dizer que um estrangeiro não conhece jamais os costumes e a língua como um habitante do país<sup>4</sup>. Entre os Luval, a cerveja de cleusine ou de milho painço é utilizada ritualmente no nascimento das crianças: ela lembra que, antes

3 Drachoussoff, V. Ensaio sobre a agricultura indígena no Baixo-Congo, parte retirada de: *Bulletin agricole du Congo Belge et du Ruanda-Urundi*, 1947.

4 Hulstaert, G. *Proverbes Mongo*, nº 489, cit. por Jd. Relações Comerciais do Equador, *Enquêtes et Documents d'Ministère africaine* (renéotypé), Louvain, 1976.

da introdução da mandioca, estes cereais constituíam a alimentação de base<sup>5</sup>.

Nos lugares onde a necessidade se fez presente, isto é, em primeiro lugar onde a pressão da população a exigia, os novos conhecimentos culturais permitiram reduzir a parte das atividades de caça e de coleta, e elas provocaram uma ocupação mais intensiva e mais sedentária dos solos. Este gênero de transformação geralmente acompanha mudanças sociais profundas. Sem dúvida, não é por coincidência fortuita que, em inúmeras regiões da África central, a cronologia baseada em tradições orais indica o século XVIII como um período de construção política, criação de novas dinastias, etc.

No plano demográfico, as indicações provenientes de sociedades não africanas permitem pensar que, em lugar do crescimento muito lento assinalado acima pelas agriculturas "simples", passou-se para as sociedades agrícolas mais complexas com taxas a situar em um leque de 0,05% (taxa baixa) a 0,13% (taxa alta).

A taxa mais elevada de crescimento não explica, sozinha, por que certas regiões da África central estavam em condições, no século XIX, de capitalizar os excedentes da população. Diversas formas de imigração também desempenharam um importante papel. A partir destes diferentes fatores, certas zonas de densidade antiga foram consolidadas ou se estenderam, graças à colonização de zonas pioneiras.

Na parte ocidental e central de nossa região, o crescimento demográfico foi estimulado por um fator histórico, a redação da exportação de escravos para o Novo Mundo. A partir dos anos 1850, somente a região do Baixo Rio era ainda freqüentada pelos negreiros. Em 30 anos (1850-1880), a extinção do tráfico para o Brasil terá poupado à África central meio milhão de homens, se se julgar pelo ritmo de importações brasileiras durante os anos precedentes<sup>6</sup>. Na verdade, em certa medida, os Swahili a leste e os comerciantes de Khartoum a nordeste foram os seus substitutos (certos autores avaliam em 1,75 milhões o número de escravos africanos exportados entre 1800-1870 pelos comerciantes Swahili para toda a África cen-

5 White, C.M.N. *A Preliminary Survey of Luvale Rural Economy*, Rhodes-Livinstone Papers, nº 29, 1959.

6 Curtin, P.D. *The Atlantic Slave Trade. A Census*. University of Wisconsin Press, 1969, p. 234-40.

tral e oriental 7). Os grandes viajantes europeus da época descreveram, por outro lado, os horrores provocados pelo tráfico de escravos para as regiões muçulmanas da África. Mas estes “exploradores” freqüentemente viajaram acompanhando os comerciantes e seus vandos armados e seria perigoso estender a toda a região o quadro sombrio de “guerras tribais” e de diversas violências que eles relataram em seus escritos: em linha geral, pode-se pensar que a segunda metade do século XIX ocasionou uma diminuição da hemorragia causada pelo tráfico de homens, três séculos antes.

Os historiadores da população concordam em estimar que o aumento da mortalidade que de uma natalidade em crescimento. No século XIX, enquanto regiões importantes da África central conheciam uma produção mais importante e mais diversificada e enquanto que as perdas devidas ao tráfico eram, sem dúvida, menos elevadas que no passado, existem indícios de que a mortalidade, devido às endemias, começou a baixar em certas regiões. Nas zonas Swahili e árabe, a inoculação contra a varíola começou a se difundir na segunda metade do século XIX. Em Angola, os portugueses conheciam o processo, pela metade do século XVIII, à semelhança do que se fazia, então, no Brasil. A inoculação permaneceu, contudo, desigualmente conhecida no interior: no século XIX, ela era praticada pelos Makololo-Luyi, mas ignorada pelos Luanda 8. O uso do quinino começou a se difundir em Angola no fim do século XVIII, mas ainda no século XIX uma onde de malária (“carneirada”) castigava Luanda no momento da esta-

7 Em nossa região, o tráfico Swahili afetou o Maniema e a bacia do Lomani. Page, J.D. The effect of the export slave trade on African population. In: Moss, R.P.; Rathbone, R.J. *The population Factor in African Studies*. University of London Press, 1975, p. 15-23.

8 Por ocasião de sua viagem à *mussumba* (capital do império Luanda), em 1885-1886, Carvalho reuniu dados sobre a varíola nesta região. Segundo ele, ela se expandia sobretudo em seguida às guerras e por causa do hábito de deixar o corpos sem sepultura. Uma anedota que circulava na *mussumba* contava que um Nvant Yav que havia pego a doença nos anos 1850, recebeu de um curador o segredo de um processo que lhe permitia comunicar a varíola a seus inimigos. Segundo Carvalho, os Luanda da *mussumba* haviam adquirido uma certa imunidade a esta doença endêmica da região; mas eles sucumbiam a ela se a pegassem em outras regiões. Carvalho, M.A. Dias do. *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiãnvua*, vol. IV, Lisbonne, 1894, p. 222-24.

ção das chuvas e fazia numerosas vítimas. Um médico brasileiro, escrevendo nos últimos anos do século XVIII, após uma permanência prolongada em Luanda, deixou uma dissertação onde discute a terapêutica destas diferentes endemias, como também sobre o escorbuto, cujas vítimas eram os habitantes de Luanda e também as caravanas de escravos que chegavam nessa cidade. Este ensaio médico mostra que começava, então, a se difundir melhor conhecimento das endemias e uma atitude mais racional com respeito aos cuidados a dispensar aos doentes (ele denuncia o abuso das sangrias em Luanda, no fim do século XVIII) 9. Entretanto, seria ilusório querer avaliar o número de vidas humanas que poderiam ser salvas pelos progressos médicos da época. Nosso conhecimento das epidemias do tempo continua, aliás, fragmentário: somente a epidemia da varíola de 1864-1865 é relativamente bem documentada. Ela se expandiu a partir de Luanda, em Golungo, em Bié, na região dos Kongo e até na Namíbia, e pode ter causado até 25.000 mortos em um ano 10. Finalmente, não se conhece, durante o século XIX, casos semelhantes às grandes catástrofes (varíola, doença do sono, gripe, epizootia) do fim do século XIX e início do século XX. Apesar da insuficiência de novos dados, é possível seguir certas mudanças na produção e no comportamento demográfico (mortalidade, saldo migratório) das sociedades da África central do século XIX. Estes indícios permitem prever uma aceleração, nesta época, do crescimento de certas populações. Não se trata de um fenômeno geral. O mapa das densidades que começa a ser documentado para a nossa região a partir do último quartel do século XIX, constata a existência de densidades contrastantes e ele permite observar que os crescimentos que levaram à constituição de zonas de densidade são particularmente observáveis em certos meios “favoráveis”: sem dúvida, uma ocupação mais sedentária conseguiu vencer a hostilidade do meio, transformando-o em meio “favorável”, principalmente nas regiões de savanas, próximas das florestas úmidas, ecossistemas simplificados por vários séculos (ou somente algumas centenas de anos?) de exploração extensiva 11. É o caso da faixa das densidades relativamente fortes do 5º para-

9 Azeredo, J. Pinto de. *Ensaio sobre algumas enfermidades d'Angola*. 1799 (republicado em Luanda, 1967).

10 Wheeler, D. A note on smallpox in Angola, 1670-1875, *Studia* (Lisbonne) 13-14, (1964), p. 351-62.

11 Gourou, P. Milieux physiques “favorables” ou “hostiles”, *Lecons de géographie tropicale*. La Maye-Paris, 1971, p. 89-90.

lelo sul, no Caire. Em Angola, as densidades elevadas estão igualmente concentradas nos meios transformados ao longo dos períodos, através de uma ocupação dispersa nos planaltos acima de 1 000 m: savanas de *terriherbesa* ou de tipos diversos, produtos de antigos climas de *hemilignosa* ou abaixo de 1 000 m<sup>12</sup> (particularmente na depressão de Cassange) do tipo guinéu. Aqui, dispõe-se de aproximações mais antigas somente para o Zaire. Já no início do século XIX, tomando por base (muito aproximativa) o recrutamento nas forças armadas, as autoridades de Luanda estimavam que os principais núcleos de densidade se encontravam entre os Ambundu, na região de Golungo (60 000 habitantes) e de Ambaca (37 000) e entre os Ovimbundu de Bailundu (56 000) e do Bié ("mais de 30 000")<sup>13</sup>.

O princípio deste fenômeno de concentração pode remontar no tempo. Entretanto, a longa estagnação relativa das técnicas e conhecimentos agrários, o recurso generalizado, salvo necessidade particular, aos métodos de exploração extensiva, o lento aumento das taxas de crescimento das sociedades de economia mista, agricultura e coleta, as que predominavam em vastas regiões da África central, a presença das variedades americanas (quer dizer, de um desenvolvimento tardio) em todas as regiões que, no século XIX, possuíam uma densidade relativamente elevada, são considerações que obrigam a crer que o fenômeno de capitalização dos excedentes demográficos, tal como foi observado no fim do nosso período, não era um desenvolvimento antigo, mas parece ter existido apenas nos séculos XVIII e XIX.

Esta hipótese parece ser confirmada pelos dados sociais e econômicos que se dispõe sobre a região para este período. A história política e econômica do século XIX esclarece, com efeito, os meios adotados por certas sociedades para reunir condições necessárias a fim de acelerar o ritmo de crescimento da população e da produção. Contentar-se-á aqui com alguns exemplos que mostram a variedade de itinerários seguidos pelos povos da região.

12 Gossweiler, J.; Mendonça, F.A. *Carta fitogeográfica de Angola*. Luanda, 1939, p. 40.

13 Feo Cardozo, J.C. *Memorias contendo a biographia...* etc. Paris, 182, p. 352 et seq. Estes dados são muito incertos: por volta de 1850, L. Magyar dava uma estimativa muito diferente (1.220.000) da população Ovimbundu. A localização dos principais núcleos de densidade das regiões conhecidas é entretanto mais sólida.

Conhece-se diversos exemplos de desenvolvimento intensivo de um meio físico, graças a uma agricultura complexa, a uma especialização crescente e no contexto de organizações estatais hierarquizadas. No nordeste do Zaire, é o caso de duas zonas de densidade: a dos Zande e a dos Mangbetu. No vale de Mbemu e até Uele no sul, a região dos Zande tinha, no século XIX, uma densidade elevada (nos anos 1870, Schweinfurth, visitando a região, estimou-a em 65 habitantes por milha<sup>2</sup>): mais tarde, a população Zande devia baixar e sua agricultura se tornar menos intensiva. Entretanto, no século XIX, a estrutura agrária era caracterizada por domínios contíguos, compostos de pequenos campos estabelecidos ao longo dos cursos d'água. Uma prática particular à região (e depois desaparecida) era a cultura de milho na estação seca, graças à humidade do vale. O sistema agrário dos Zande era mais antigo que o poder militar dos Avungara que havia começado a unificar a região a partir do fim do século XVIII: sob seu regime (falou-se de "Pax Azadea"), o termo Zande torna-se sinônimo de agricultor (agriculteur-subdito). O novo poder político pôde desenvolver a densidade de ocupação da região, devido, principalmente, à acumulação de mulheres (obtidas pelo tráfico e pelas razias). Este crescimento é, entretanto, inseparável do progresso da agricultura Zande nos séculos XVIII e XIX, graças a uma longa história de empréstimos (principalmente de plantas americanas), de seleções e inovações<sup>14</sup>.

Um outro exemplo de concentração demográfica em um habitat particular, paralelo ao desenvolvimento de instituições políticas, é fornecido pelos Shi, na região das colinas, a sudoeste do lago Kivu. O desenvolvimento dos Estados Shi parece ter acompanhado a colonização pelos Shi, de regiões periféricas, o que parece indicar um crescimento da população nesta época, paralelamente, aliás, a movimentos semelhantes nas regiões vizinhas de Ruanda e Burundi. A agricultura Shi conservava muitas variedades das antigas agriculturas praticadas na região: eleusine, sorgo, colocásia. Contudo, no século XIX, ela tinha absorvido profundamente certas variedades americanas: um inventário da agricultura das colinas Shi, no século XX, mostra que se distinguiu aí 32 variedades de batata-doce<sup>15</sup>.

Os Shi não conheceram, no século XX, um sistema estatal centralizado: trata-se, sobretudo, de uma população densa, dividida em pequenos

14 Schlippé, P. de. *Shiftina Cultivation in Africa: The Lande System of Agriculture*. Londres, 1956.

15 Cuypers, J.B. *L'alimentation chez les Shi*. Tervuren, 1970.

Estados ou domínios. O mesmo fenômeno se apresenta em outras zonas de densidade e seria falso acreditar que o crescimento demográfico provoca, necessariamente, o crescimento de instituições centralizadas. No Kasai, a região Luba, por exemplo, se apresenta, no século XIX, com uma antiga zona-refúgio, dispondo de um meio favorável, de uma civilização que estimulava o espírito de empresa: na época que nos interessa, o centro da região Luba, quer dizer a região entre os rios Lubilash e Eushiwaie, tomou-se um núcleo de colonização de novas terras, particularmente para o oeste, onde se desenvolveu, nesta época, uma zona pioneira. As imigrações de indivíduos, de grupos, de linhagens, não apagaram todos os traços do passado, de ocupantes mais antigos, na região a oeste de Bushimaie. Mas lá onde havia, antes, uma grande diversidade de dependência de clãs, desenvolveu-se progressivamente, no século XIX, uma solidariedade de civilização, de língua, de organização política: um sentimento étnico nasceu desta experiência histórica comum, onde crescimentos da população e da agricultura desempenharam um papel essencial.

No Zaire, outras sociedades da faixa densa do 5º paralelo oferecem igualmente ilustrações de importância dos fatores sociais para uma explicação dos crescimentos demográficos do século XIX. Os kongo eram bem conhecidos no século XIX por sua cultura natalista, suas numerosas mulheres, suas uniões estáveis, com outras tantas características que lhes permitiram superar uma crise demográfica grave no fim do século XIX o início do século XX. Esta demografia florescente encontra suas raízes no século XIX: ela se apoiou, principalmente, na imigração de prisioneiros comprados graças aos lucros que os clãs kongo obtinham com sua participação na economia mercantil da costa e do Baixo Rio. Como em outras sociedades matrilineares, a adoção de prisioneiros (e particularmente de mulheres) permitia reforçar um clã pelo fato mesmo de mudar as regras de afiliação de crianças. Uma outra região povoada, nas mesmas latitudes, como a dos Pende no Kwilu, oferece igualmente um exemplo de assimilação sistemática de prisioneiros: um recenseamento dos anos 1920 estabeleceu a origem servil de uma grande maioria da população Pende. Ainda aqui, pode-se ver uma consequência da participação da região na economia de trocas, em particular com os povos da baixa de Cassange.

Em Angola, a história dos Ovimbundu do planalto central fornece o exemplo de uma população crescente no século XIX. Aqui também os fatores econômicos e sociais desempenharam um papel capital, mas des-

ta vez o crescimento demográfico é paralelo à degradação do poder dos Estados. Os reinos Ovimbundu, conhecidos no século XIX, encontravam sua origem imediata nas aristocracias militares que se desenvolveram por ocasião do incremento do tráfico no planalto central na segunda metade do século XVIII. Os novos Estados sucediam a civilizações e organizações políticas mais antigas (algumas delas aparentadas aos povos do sul, principalmente os Herero). A lembrança dessas sociedades subsiste somente em vestígios lingüísticos e mitos históricos, narrativas de migração, etc. Os reinos evocam, por sua parte, afinidades com os sistemas políticos Luba e Lunda, mas suas tradições têm, naturalmente, mais vínculo com os Mbundu e Angola ocupada pelos portugueses<sup>16</sup>: pode-se ver aí uma contaminação da tradição pelas experiências vividas no século XVIII e, sobretudo, pelas relações do tráfico. A partir da segunda metade do século XVIII, com efeito, as expedições guerreiras e o comércio permitiram aos reinos Ovimbundu tornar-se importantes fornecedores de escravos aos comerciantes portugueses e brasileiros. O tráfico permitiu-lhes, também, acumular prisioneiros e, a partir dos exemplos citados acima, incorporá-los nos clãs e nas linhagens, modificando as regras matrilineares.

O período comercial do fim do século XVIII e século XIX estimulou as imigrações e a polarização da população ao redor de zonas comerciais desenvolvidas pelas feitorias. Este desenvolvimento foi condicionado pela existência de uma agricultura sedentária e diversificada. Os campos (elunda) ocupando o lugar de antigas aldeias, hoje abandonadas, testemunham ainda a ocupação intensiva do planalto no século XIX<sup>17</sup>. Este período de concentração da população Ovimbundu contrasta com os deslocamentos ligados à antiga economia mista de coleta e de agricultura e ela

16 Uma primeira discussão das tradições políticas Ovimbundu in: Childs, G.M. The Chronology of the Ovimbundu Kingdom, *Journal of African History*, vol. XI, nº 2 (1970), p. 241-48.

17 Pössinger, M. Interrelations between economic and social change in rural Africa: The case of the Ovimbundu of Angola. In: Heimer, F.V., ed. *Social Change in Angola*, p. 31-52. Munich, 1973. Já nos anos 1810, a produção agrícola comercializada de Bié era considerada como a principal de Angola: farinha de mandioca, milho, feijão e mesmo um pouco de trigo e algodão eram comercializados em Benguela e uma parte era destinada à exportação. Feo Cardozo, o.c., p. 369.

contrasta, também, com a expansão Ovimbundu nas terras vizinhas, durante o século XX, no quadro da economia do milho.

É no mesmo contexto de expansão demográfica que se precisa colocar o desenvolvimento da língua umbundu, à custa dos dialetos particulares em certas regiões do planalto.

As zonas de densidade que analisamos até o presente desenvolveram-se em meios favoráveis. Aqui também não se trata de uma regra absoluta. O meio natural do sul de Angola apresenta-se como uma região árida e arenosa, marcada por um regime irregular de chuvas. Todavia, as sociedades da região conseguiram desenvolver modos de produção adaptados à ameaça de seca e elas conseguiram tirar proveito de solos pobremente drenados ou aluvianos que ofereciam, apesar de sua superfície reduzida, possibilidades de exploração agrícola.

A história política não fornece dados seguros sobre a construção de sociedades estatais desta região senão a partir do século XIX. À medida que esta nova história política tivesse refletido mudanças mais profundas na demografia e na valorização econômica do meio, pode-se pensar que os núcleos de população densa, observados pelos viajantes europeus do século XIX, eram um fenômeno relativamente recente.

As sociedades do sul de Angola eram divididas em uma grande variedade de povos, de sistemas econômicos (principalmente, segundo a importância respectiva da agricultura e da criação de gado), mas a experiência histórica comum do século XIX impôs uma solidariedade étnica entre grupos diversos.

É assim que o termo Ovambo congrega diversos povos (os mais numerosos são os Kwanyama<sup>18</sup>, seguidos de longe pelos Ndonga, os Kwambi, etc.), vivendo na bacia do rio Cuvelai, em um território limitado pelo Cunene e Cubango (Okavango). É a cheia do Cuvelai, a inundação das savanas ervosas que permitiu aos Ovambo vencer a seca e dar às partes ocupadas da região o aspecto de jardim que foi descrito pelos viajantes do século XIX.

Com efeito, os Ovambo possuíam uma agricultura semipermanente. Eles praticavam a irrigação e, graças à criação do gado, a adubação dos

campos. Como entre os Ovimbundu, a passagem a uma agricultura mais intensiva foi facilitada pela absorção de imigrantes e, principalmente, prisioneiros obtidos pelas razias ao sul das altas terras dos Ovimbundu. As variedades americanas não haviam penetrado aí tão profundamente como no centro de Angola: o milho painço e o sorgo restaram como culturas de base (resistindo à seca), mesmo que certas plantas americanas (amendoim, feijão, um pouco de milho) fossem conhecidas. Os riscos de má colheita devido à seca eram atenuados pela combinação da agricultura com a criação do gado. Estes procuravam riqueza e prestígio e estabeleciam uma diferença social entre os possuidores de gado e simples agricultores, entre os quais se recrutavam os meeiros e rebanhos pertencentes aos poderosos. O poder real estava estreitamente ligado ao sistema de produção: "fabricante da chuva", o rei era também responsável pela divisão das terras e organização dos trabalhos de represamento do rio<sup>19</sup>.

Os vizinhos Nkhumbi possuíam também uma economia mista (mas seu gado diferenciava daquele dos Ovambo). Seus domínios eram constituídos de campos, pastagens, *kraals*, irregularmente divididos: certos domínios eram agrupados em zonas densas ao longo de zonas aluvianas, enquanto que outros eram dispersos pelo interior, à proximidade de raros poços de água permanente. O gado era condenado a longas transumâncias, de maneira a aproveitar dos tipos de pastagens disponíveis nos diferentes momentos do ano.

Por outro lado, o crescimento da população não levou à constituição de uma zona de densidade, mas, segundo um modelo secular, ela provocou uma difusão do povoamento através de regiões pouco ocupadas. É o caso da expansão Tshokwe e Luval (também reforçada por prisioneiros), em regiões de floresta rala. Encontra-se, por outro lado, diante de sociedades habituadas a ocupar um meio com fraca densidade e para as quais a caça, a pesca e a coleta conservavam uma importância considerável, ultrapassando talvez mesmo a da agricultura. Os ciclos comerciais da economia da coleta (marfim, cera e, mais tarde, a borracha) encorajaram a penetração em profundidade na floresta rala, assim como a dispersão do povoamento. O caso da cera é particularmente significativo.

<sup>18</sup> Em 1845, o primeiro viajante letrado da região, B.J. Prochado, estimava seu número em 120 000.

<sup>19</sup> O trabalho fundamental para a região é o de C. Estermann, *Etnografia do Sudoeste de Angola*, 3 vols., Lisbonne, 1956-1961. Um état de la question commode pour le XIXe s.: Clarence-Smith, W.G.; Moorsom, R. Underdevelopment and Class Formation in Ovamboland, *Journal of African History*, XVI, 3 (1975), p. 365-81.

A cera não era utilizada pelas antigas sociedades africanas. Em contrapartida, a coleta do mel (consumido puro ou utilizado para a preparação do hidromel) ocupava um lugar de primeira ordem na utilização dos recursos da floresta. Trata-se, com efeito, de uma produção estreitamente ligada à presença de certas árvores, onde as abelhas sugavam o néctar: pode-se citar, por exemplo, a *mulumba* (*Pterocarpus mellifer* Welw., de Picalho)<sup>20</sup>, uma grande árvore que se encontrava em abundância além do Pungo Adongo e, principalmente, na região Songo e Tshokwe (Alto-Kwanza). As abelhas, muito numerosas, procuravam seus feixes de flores amarelas.

No século XVIII e sobretudo no século XIX, a procura da cera tornou-se importante, embora este grande produto tivesse ocupado um importante lugar no tráfico de escravos. As principais regiões produtoras eram, então, caracterizadas por um meio ambiente florestal e uma população dispersa para a qual a economia da coleta ocupava um lugar de destaque: Songo, Tsholwe, Luval, Ganguela, Kaonde, etc. Os viajantes do século XIX observaram que a produção da cera diminuía paralelamente ao progresso da agricultura, do desmatamento (ao longo das principais rotas comerciais, por exemplo), ao mesmo tempo que o progresso da sanava sobre a floresta.

Atividade florestal, a coleta do mel exigia deslocamentos prolongados, vida de acampamento, imprevistos: ela era freqüentemente envolta deste prestígio que acompanha as viagens e a aventura. O mel e a cera eram obtidos pela caça aos ninhos de abelhas selvagens: os caçadores atraíam e depois seguiam um pássaro indicador célebre no *sertão* de Angola: ele pia-va com excitação quando descobria o mel (*cuculus indicator*). Mais comumente, os povos da floresta rala confiavam também em sua indústria para encontrar mel: as coletividades dispersavam colméias na floresta rala para ali atrair as abelhas.

A documentação escrita de Angola, sempre crítica em relação aos métodos africanos, investe, desde o século XVIII, contra o processo africano de fabricação da cera, destruidor dos enxames: este, pretendia-se, teria reduzido a produção e elevado, inutilmente, as cotações. Os métodos africanos eram certamente extensivos, mas eles convinham a um meio ambiente onde os enxames eram numerosos e a mão-de-obra, rara: um método mais intensivo teria incrementado a produção por colméia, mas não necessariamente a produção global.

20 Ficalho (Conde de). *Plantas úteis da África Portuguesa*. 1884. Publ. Lisbonne, 1947.

A produção de borracha oferece outro exemplo interessante. Deve-se constatar a concordância entre os limites da expansão Tshokwe, no século XIX, e a zona de vastas clareiras arenosas, cheias de árvores da borracha (*chamas da borracha*) que se encontra através da imensa zona de floresta rala a leste de Angola, e que é claramente indicada no mapa dos solos e vegetações de Angola<sup>21</sup>.

O ciclo da borracha, contudo, dominou a economia mercantil de Angola somente a partir dos anos 1880. Antes, a expansão na floresta rala esteve submetida à procura de marfim e cera. Entre os Tshokwe e os Luval, a exploração destes dois grandes produtos incentivou o desenvolvimento de estruturas sociais favoráveis às atividades de grupos ou de indivíduos, desejosos de independência frente aos chefes e às famílias matrilineares. Aqui, como em outros casos vistos acima, os lucros da economia mercantil eram freqüentemente investidos em prisioneiros encarregados de reforçar as linhagens de seus compradores.

A penetração dos Tshokwe, por pequenos grupos dispersos, inquietavam os primeiros ocupantes do solo: entretanto em uma região com "pés de lã", os Tshokwe saíam somente com "pés de ferro" (Silva Porto). A colonização da floresta seca pelos Luval no século XIX foi, geograficamente, mais circunscrita. As técnicas agrícolas dos Luval, no período colonial, eram típicas de agricultura em região florestal. Estas técnicas puderam ser adotadas no século XIX por este povo que parece ter sido associado, sobretudo a princípio, às planícies freqüentemente inundadas do Alto-Zambeze. É lá que se encontram os Luval, no fim do século XVIII, cultivando seus cereais e praticando a pesca, cujo produto era, em parte, comercializado. Com efeito, o crescimento da rede mercantil para as regiões Lunda, Luba (Samba), e Luyi, permitiu aos Luval transformar a região dos lagos do Alto-Zambeze em uma etapa essencial das caravanas, consagrada ao abastecimento e ao repouso. Desde o fim do século XVIII e em todo o século XIX, a região dos Luval torna-se, assim, o centro de uma agricultura e pesca comercializadas: suas aldeias ao sul do lago Dilolo desempenharam o papel de albergues, rompendo as longas rotas na floresta rala.

No século XIX, o crescimento do mercado para os produtos da coleta, como também uma situação demográfica favorável, conduziram os

21 Gossweiler e Mendonça, o.c.

Luval a penetrar na floresta rala na divisão das águas do Zaire-Zambeze: o conhecimento da mandioca (muito desenvolvido entre eles) permitiu-lhes utilizar mais intensamente o solo da floresta e, reduzindo a necessidade de desmatamentos repetidos, fornecem-lhes o tempo necessário para desenvolver a coleta, primeiro a da cera e depois a da borracha<sup>22</sup>. É ainda a cultura da mandioca que permitiu aos grupos Luval estabelecer pequenas plantações provisórias, longe de suas aldeias, e aí passar um ou dois anos, colhendo a borracha, alimentando-se dos produtos de suas terras.

Mais de uma vez, viu-se que a concentração da população (e particularmente das mulheres) em certos núcleos de densidade mais elevada, conduzia à exaustão de recursos demográficos de povos vizinhos. Isto se produziu em meios bastante variados. É o caso, por exemplo, de ecossistemas mais próximos de seu clímax e menos aptos a serem explorados pelo homem, como a floresta úmida. No século XIX, pequenos centros de população se desenvolveram nesta região, particularmente ao longo das vias de comunicação fluviais. Encontravam-se, aí, comerciantes, escravos atraídos pelas regiões vastas e despovoadas da floresta. Esta característica é ligada ao crescimento, no século XIX, do "grande comércio do Rio" (G. Sautter), mas se encontra o mesmo fenômeno de polarização de uma população dispersa ao redor de alguns centros ou capitais nas zonas de floresta rala onde, à exceção de alguns vales, o povoamento sempre foi disperso. Entretanto, pode-se perguntar em qual medida o povoamento excepcionalmente baixo de algumas destas regiões não estaria ligado ao crescimento desigual nos séculos XVIII e XIX. As vastas regiões ao sul das altas terras Ovimbundu, planalto habitado pelos Nyancka e Ganguela, já eram conhecidas como pouco povoadas no início do século XIX: ainda em nossa época, a densidade não alcança aí três habitantes por km<sup>2</sup>. Desde o século XVIII, estas regiões eram percorridas em todos os sentidos pelos comerciantes do interior (Ovimbundu, "Mambari" ao serviço de portugueses ou mulatos, *sertanejos* ou *pombeiros*, "brancos", etc.). Ainda em pleno século XIX, este comércio se praticava ao lado de razias, as terríveis guerras "do Nano" ("guerras do alto"), provocadas pelos reinos ou domínios Ovimbundu, às vezes, sob a instigação de comerciantes: as fontes portuguesas permitem identificar uma vintena destas grandes incursões entre 1803 e 1879.

<sup>22</sup> White, o.c.

Na segunda metade do século XIX, precisa-se acrescentar aí as incursões vindas do sul, dirigidas pelos povos do Cunene, Nkhumbi, Ovambo, Herero.

Outros fatores, desta vez demográficos, podem explicar a regressão ou estagnação de certas regiões: baixa fertilidade, por exemplo (devida principalmente a endemias venéreas), mas a documentação falha ao apresentar respostas precisas.

As fontes africanas e estrangeiras exigem, com efeito, para serem sistematicamente explorados a fim de constatar a exatidão das tendências que acabam de ser esboçadas em suas grandes linhas. Na verdade, estamos em um domínio controverso, marcado por inúmeras incertezas ou interpretações divergentes. Entretanto, há a possibilidade, no século XIX, de seguir o crescimento de certas populações, por outro lado, de acordo com itinerários muito variados. Cada vez, a evolução demográfica acompanha transformações na produção. Os crescimentos registrados em algumas regiões só foram possíveis por um conjunto de circunstâncias: conhecimentos culturais, fatores ecológicos, sociais, econômicos. No século XIX, foram estas conjunções que permitiram a determinadas sociedades tirar o melhor partido de seu meio ambiente, de adotar um ritmo de crescimento mais rápido e de desenvolver as zonas de densidade contrastante que, ainda hoje, se destacam claramente no mapa da África central.

## II. *Tradições políticas, sociedades, civilizações*

Durante o século XIX, a organização do poder no seio das sociedades de Angola e da bacia do Zaire foi caracterizada por uma grande diversidade. Não se deve imaginar a paisagem da região como se, à maneira da época atual, ela tivesse sido dividida em um mosaico de poderes territoriais soberanos. De fato, a história política e social dos anos 1800-1880 se insere, de início, em uma tradição antiga na África central. Tão longe quanto a documentação oral e escrita permite chegar, vê-se que as sociedades da região hesitaram entre dois modelos de poder: um, hierarquizado, definido, tribu-

tário, dos reinos ou, no outro extremo, um mais igualitário e mais informal, um governo de comitês de velhos ou de notáveis <sup>23</sup>.

Estas duas utopias eram complementares e, na prática, existia uma grande variedade de situações intermediárias, hesitações e compromissos diversos. As exigências do meio e das atividades econômicas, como também as circunstâncias históricas e mesmo de pessoas favorecerem um tipo de organização, aproximando-se tanto da utopia monarquista (com suas qualidades de ordem, de segurança), como da utopia democrática, mais flexível, menos constrangedora, mais segura em seus domínios.

À época que nos interessa, encontravam-se na África central certos exemplos de sistemas administrativos caracterizados por uma hierarquia estável e permanente, capazes de reagrupar uma população bastante numerosa em centros ou capitais. Entretanto, estes casos não são os mais difundidos, porque somente uma conjunção de muitos fatores poderia permitir a ascensão de um título político e a constituição de um Estado. O fundamento material da organização estatal era a gestão de uma economia tributária: o Estado se definia por sua capacidade de receber tributos e de redistribuí-los. É que o poder dos chefes estava ligado a um hábito de levar uma vida suntuosa e satisfazer numerosos dependentes. No contexto econômico do tempo, esta capacidade não dependia, senão em parte, dos fatores de produção. Recolher tributos sobre a produção supunha, em particular, a existência de um setor agrícola bastante desenvolvido: em uma situação dominada pela abundância de terras e a raridade da mão de obra, pela importância das atividades da coleta e pela dificuldade de transporte dos víveres, entretanto, é seguro que a agricultura oferecia somente possibilidades bastante reduzidas de acumulação. As rendas impostas sobre a produção de sal, couro, ferro, permitiram, entretanto, um nível de apropriação mais elevado. O mesmo aconteceu com o tributo recolhido pela guerra, pelas razias: a longo prazo, o sucesso dependia da existência de reservas demográficas suficientes para permitir a mobilização de exércitos, também como a capacidade de armar, de dirigir e de aprovisionar estas tropas. O tributo aparecia, enfim, no setor das trocas: o poder dos chefes apoiava-se sobre a existência de mercados, de redes de troca,

de comunicações que permitiam a imposição de monopólios ou de diversas formas de taxação, pedágios, etc. Fala-se, neste caso, de comércio tributário: foi ele que permitiu ascensões, mas também quedas rápidas.

O crescimento ou a regressão de um ou de outro destes setores ajuda a compreender o progresso ou, ao contrário, o processo de destruição interna dos Estados ou domínios, no século XIX, como também em épocas anteriores. O que distingue o século XIX, é a mobilidade social que permite um acesso rápido a antigas funções de chefes ou que favorece, simplesmente, as atividades de certos indivíduos, ora no seio de poderes monárquicos, ora por via dos clãs e linhagens. É que nos anos 1800-1880, as condições da vida econômica estavam em vias de modificar as possibilidades de acumulação.

Todavia, estes fatores econômicos não eram determinantes aos olhos dos contemporâneos. Estes eram mais sensíveis ao poder ritual encarnado pelos chefes: poder que permitia manter a ordem na sociedade, uni-la ao seio de uma comunidade simbólica e protegê-la do mal, e principalmente do mal desejado pelos feiticeiros. O poder dos chefes não era, com efeito, sentido ou vivido como uma busca de acumulação de riquezas humanas ou materiais; a acumulação aparece, sobretudo, como uma manifestação clara de uma superioridade que era fundamentalmente de ordem espiritual. Em um ponto importante, os itinerários seguidos pela história política da região são, então ligados a fatores "imateriais", tais como insígnias, feitiços contra os inimigos internos e externos. Ao mesmo tempo, o poder, tendo raízes místicas, manifesta, entretanto, sempre uma situação de força; ele é objeto de lutas e de rivalidades: o prestígio místico recompensa o mais forte e o mais rico. No século XIX, os fluxos e refluxos do poder material dos grupos ou mesmo dos indivíduos provocaram reviravoltas rápidas nas fortunas políticas.

Em certos casos, antigos reinos subsistiram até nosso período. Aconteceu isto com o Estado Lunda da Kalagne. Este atingiu seu apogeu na primeira metade do século XIX, particularmente sob o reinado de Yav (III), antes de entrar em um período de decadência, a partir dos anos 1870. Originalmente, o Estado Lunda da Kalagne foi associado a uma zona de população densa que não ultrapassava de muito um território situado a leste de Lulua entre os 8 e 9 graus de latitude sul e os 23 e 24 graus de longitude leste. De início, concentrada ao longo dos cursos d'água (e, em particular, da Kalagne), a população Lunda enviou emigrantes nas regiões vizinhas, durante os séculos XVIII e XIX: estas emigrações levaram a um estabelecimento de estruturas políticas, mas elas também se caracterizam

<sup>23</sup> Sólidas análises da noção do poder em duas sociedades das savanas do oeste, os Kongo e os Tio, respectivamente em: MacGaffey, W. *Custom and Government in the Lower Congo*. University of California Press, 1970, e Vansina, J. *The Tio Kingdom of the Middle Congo. 1880-1882*. Oxford University Press, 1973.

pela procura de refúgio face às requisições de prisioneiros pelos chefes. No início do século XIX, isto se deu principalmente em relação à origem do povoamento Lunda, ao sul do Estado da Kalagne, nas regiões Tshokwe e Luval.

O Estado da Kalagne não deve ser confundido com o "império" Lunda. Desde o século XVIII, este era composto de uma rede de capitais, de Estados ou de domínios, cuja economia dependia essencialmente dos tributos. Tributos recolhidos sobre as colheitas produzidas por uma mão de obra servil ou simplesmente sujeitas à corvêia: tributos recolhidos ao longo das guerras ou incursões, particularmente nas regiões povoadas da savana; enfim, tributo recolhido a partir da economia de trocas. Isto foi particularmente desenvolvido pelos Lunda que, desde a segunda metade do século XVIII, conseguiram organizar comunicações a longa distância, através da vasta região das florestas ralas e das savanas no sul. Na primeira metade do século XVIII e na segunda metade do século XIX, funcionou uma rede de comunicações Lunda, compreendendo rotas e pousadas para assegurar o abastecimento e a segurança: o comércio tributário dos grandes produtos, por exemplo, como o marfim, justificou este investimento considerável em uma região pouco povoada.

O principal título Lunda era o de Mwant Yav. Este título era originário do vale da Kalagne e, no máximo a partir do século XVIII, ele esteve ao centro de uma rede política à qual se ligavam, de acordo com a linguagem simbólica do parentesco perpétuo, numerosos domínios Lunda entre os Kwange, a oeste, e o Luapala, a leste.

A capital do Mwant Yav, ou *mussumba*, constituía o centro do reino. Cada Mwante Yav escolhia o seu lugar na região compreendida entre os rios Kalagne e Luua. Ele mesmo traçava as quatro vias encontrando-se em cruz e, a partir delas, organizava-se o plano da capital, seguindo uma disposição imutável. A *mussumba* representava simbolicamente o poder do rei e os títulos políticos ocupavam, cada um deles, um lugar neste plano, segundo sua posição na hierarquia da Corte. Tudo era simbólico na organização do poder Lunda. Os títulos podiam ser dignatários da Corte (mestre de campo, mestre das armas, da água, dos campos, dos prisioneiros, etc.), mas, mais frequentemente eles eram titulares de um dos domínios ou Estados, cujo conjunto formava o "império". Ligados uns aos outros segundo um parentesco simbólico, os títulos desempenhavam uma função no exército em ordem de batalha que esboçava, simbolicamente, o plano da *mussumba*. Esta era sempre ocupada por estes títulos, mesmo que os titulares

efetivos estivessem presentes, ou mesmo que se tratasse de delegados que assumiam inteiramente a personalidade do título.

A vanguarda da *mussumba* (seus "olhos") era dirigida para o leste e ocupada pelos quartelões dos dois Kalala, combatentes da primeira linha. As "crianças" e os "tios" do Mwant Yav ocupavam os flancos à frente. Os dois Manampumba ocupavam a retaguarda: eles preveniam os ataques de surpresa. O recinto do Mwant Yav, da Mwari (sua primeira esposa), de sua guarda, encontrava-se a oeste dos quartelões de duas dignatárias femininas, representando, respectivamente, o poder dos antigos chefes da terra (a Swana Mulunda) e o poder político da Monarquia Lunda (a Lukonkesh). Esta, "mãe" do Mwant Yav, possuía um quartelão que, ele mesmo, estava disposto como uma *mussumba*: lá eram recebidos os visitantes distintos.

As dimensões da *mussumba* podiam ser consideráveis: a artéria principal (Mukombele) da *mussumba* de Nawej atingia um comprimento de 4 km e uma largura de 2 a 4 m. Encontrava-se na capital pequeno número de artesões, militares, cortesões, clientes, prisioneiros, etc.: no total aproximadamente 10.000 habitantes na metade do século XIX. A primeira descrição que se possui de uma *mussumba* data de 1847. Trata-se de Kabebe, capital de Nawej, visitada por Joaquim Rodrigues Graça, que deixou uma descrição dela. Nawej determinou um caráter regular à sua *mussumba*, impondo a mesma largura às ruas, o mesmo plano e um alinhamento regular às casas. Cada rua recebeu um responsável da limpeza pública. Graça descreve as proximidades cuidadosamente cultivadas da *mussumba*: os campos plantados de mandioca, de todas as variedades de feijão, batatas doces, inhames, etc., davam um aspecto agradável à área da *mussumba*: o alívio dos viajantes estrangeiros, depois de longas etapas no sertão, era superior à angústia que lhes comprimia o coração quando se aproximavam de um chefe tão temido. "O viajante encontra-se em um país civilizado, a ordem que encontra, a limpeza das ruas, as grandes praças para onde, todos os dias, são trazidos todos os produtos da terra. Lá onde se acreditava encontrar a confusão e a desordem, encontra-se a beleza, a ordem, a limpeza rigorosa e toda espécie de bons hábitos tão pouco difundidos nestas regiões": esta descrição não reflete mais a situação das capitais Lunda durante a decadência dos anos 1870.

A partir do reino do Mwant Yav Muteba, a *mussumba* abrigou colônias de viajantes Mbundu: o fundador da primeira colônia destes habitantes da região de Ambaca (Ambaquistas) foi Lourenço Bezerra, conheci-

do pelos Lunda sob a alcunha de Lufuma (C. 1850-1883). Originário do Golungo, ele se fixou na *mussumba* por volta de 1850 e passou, aproximadamente, trinta anos na corte de Mwant Yav, aproveitando, durante muito tempo, das boas disposições de Muteba para com os comerciantes de Angola. A colônia de Lufuma se instalou em 1869 às margens próximas de Luambata, a nova *mussumba* de Muteba e introduziu a agricultura e a criação de gado Mbundu na região. O Mwant Yav seguia de perto a cultura destes campos que aliavam contribuições brasileiras e portuguesas (arroz, tabaco, milho, etc.) à base africana. Os angolanos de Luambata tornaram-se também artesões (ferrageiros, tecelões, louceiros, escribas, etc.). A colônia praticava o comércio tributário, paralelamente ao dos notáveis Lunda: nenhuma transação poderia ser feita sem a intervenção de Lufuma. Ao longo dos anos, ele constituiu uma clientela de prisioneiros, escravos livres, etc., que, em 1882, o acompanharam em seu retorno definitivo na região de Malange. Nos anos 1850-1880, a colônia foi um ponto de apoio essencial do comércio regido pelos títulos aristocráticos da Corte Lunda e pelos empreendedores angolanos, fixados na região por numerosas ligações matrimoniais e praticando, eles mesmos, o comércio tributário que era muito conhecido na região. Lufuma tornou-se, efetivamente, um título Lunda, como mostrou a função que ele desempenhou na vida da Corte: por exemplo, foi ele que organizou os funerais da Lukonkesh do Mwant Yav Muteba.

Entre os reinos importantes da dinastia da Kalagne, é preciso distinguir, no século XIX, o de Nawej (c. 1820-1852). No seu reino houve um reforço do poder do Mwant Yav: Nawej era temido pelas vinganças e tributos forçados que ele obtinha dos senhores indóceis, fosse pela força das armas ou pela utilização sem escrúpulos dos serviços dos feiticeiros.

Para a caça, Nawej preferia se servir sempre de arcos e flechas. Entretanto, é durante seu reinado que os guerreiros Lunda começaram a utilizar as armas de fogo provenientes de Angola (lazarinas). Através de seu convite, os caçadores Tshokwe começaram a freqüentar o território Lunda, utilizando armas de fogo e expulsando, pouco a pouco, os elefantes para o norte. Os Tshokwe visitaram a capital por volta de 1840, levando armas de fogo e de pólvora e diversos instalaram-se em regiões Lunda. Nawej esforçou-se para manter um bom entendimento entre os dois povos, mas em vão, porque as rivalidades entre títulos Lunda e Tshokwe não tardaram a se manifestar.

Os Imbangala de Cassange começaram a freqüentar a *mussumba* desde o início da dinastia dos Ant Yav: o reino de Nawej ficou, entretanto,

marcado pelo crescimento do comércio a longa distância, sempre com os Imbangala, mas logo também com os Ovimbundu e "Mambari". Evocava-se ainda, no fim do século XIX, as caravanas enviadas à custa da rica comerciante de Luanda, Dona Ana Joaquina (Na Andembo): a lembrança também restou viva com as caravanas reais, enviadas por Nawej, à Luanda, para D. Ana ou ao "Jaga" de Cassange.

Nawej gozou, todavia, de má reputação entre os comerciantes que lhe censuravam os prazos intermináveis no recebimento de suas dívidas. Todo pretexto lhe era bom para operar penhores. Seus descendentes diretos já eram numerosos e logo os pretendentes ao trono murmuraram que Nawej já havia usufruído bastante do Estado e que a hora dos mais jovens havia chegado. Estando doente, ele morreu asfixiado por seu "irmão" Mulaj que lhe roubou o bracelete, insignia do poder (lukano) e foi reconhecido como Mwant Yav. Os anos seguintes foram dominados por lutas internas, provisoriamente acalmadas pelo longo reinado de Muteba (c. 1857-1873): durante estes anos pacíficos, as grandes caravanas permaneceram durante a estação das chuvas na *mussumba*, sendo bem tratados por Mwant Yav.

Nos anos 1870, a expansão Tshokwe continuou: abandonando suas cidades e seus chefes sob pretexto de feitiçaria, ligados à economia da coleta, procurando a cera e o marfim e, em segunda, a borracha, incorporando prisioneiros, mulheres e jovens nas linhagens patrilineares, os Tshokwe logo se tornaram bastante poderosos para eclipsar o poder dos chefes Lunda da região entre os rios Tshikapa e Kasai. Nesta região, as aldeias e os domínios Lunda dispersaram-se: é um período de decadência do antigo poder aristocrático Lunda. Este fato foi reforçado pelas discórdias no seio da *mussumba*: um título importante, Shanam, fez aliança com os Tshokwe e conquistou o poder graças a eles. O reinado deste Mwant Yav (ele tomou o nome de Mbunda) foi sangrento. Ele continuou a utilizar os Tshokwe como ameaça para conter os vassalos Lunda. Depois de sua morte (1883), os Tshokwe quiseram vingá-lo e foram seus guerreiros que conseguiram obter o *lukano* para Mushidi, um filho de Mbunda que foi criado por uma família adotiva Tshokwe.

No século XIX, o exemplo Lunda é de uma estrutura política excepcional pelas suas dimensões na região das savanas e florestas ralas do sul. Ao mesmo tempo, ao norte da floresta úmida, um reino se desenvolvia entre clãs que ignoravam até então a função de chefe: uma mesma dinastia se impôs a grupos falando uma mesma língua, Mabit, Mdje, Mabisanga, etc. Deu-se ao novo clã dirigente o nome de um ancestral, Mangbetu. É possível que a organização do reino tenha sido inspirada pelo exemplo dos

chefes Avungara entre os Zande, eles próprios tendo desenvolvido suas instituições na região do Mbomu e de Ubangi. Outra hipótese une os Mangbetu aos povos da floresta úmida: foi lá que os ancestrais dos Mangbetu teriam se estabelecido antes das conquistas que acompanharam a criação do reino e sem nenhuma ligação com os Avungara.

Nos anos 1870, os Mangbetu exerceram profunda impressão sobre os viajantes, pela beleza e harmonia de suas residências, pelo desenvolvimento de suas plantações escravagistas, pela amplidão do comércio tributário. A hierarquia política e administrativa do reino era reforçada por um aparelho militar permanente, composto de jovens originários de todas as regiões do reino e que estavam reunidos na Corte.

O Estado Mangbetu foi fundado no fim do século XVIII por um indivíduo empreendedor, Manzika, antigo escravo que havia conseguido se tornar chefe. No fim do século XIX, o poder foi tomado por outros aventureiros que souberam tirar partido das lutas entre filhos do rei e grandes senhores. Nos anos 1870-1880, o reino se desmembrou, enquanto que grupos armados de negociantes de Khartoum e, mais tarde, conquistadores coloniais detinham, cada vez mais, as chaves de acesso ao poder <sup>24</sup>.

Pelo século XIX, exemplos como estes dos Estados Lunda ou Mangbetu não nos devem enganar. A época terá sido mais dos domínios que das estruturas hierárquicas. Como nas monarquias, encontra-se aqui o poder dos chefes, ligados uns aos outros por insígnias comuns, por uma cultura, uma história e uma tradição comuns, mas não por uma mesma obediência a qualquer hierarquia política: a coesão neste caso era informal e não imposta por um centro. Ainda aqui, as variantes são numerosas, seja seguindo a evolução de redes de grandes domínios ou mesmo de pequenos Estados, seja, enfim, que a descentralização tenha sido muito ativada, e mesmo que tenha se orientado para o desaparecimento do poder dos chefes.

Na categoria das redes de grandes domínios, pode-se unir as regiões ao sul das altas terras Ovimbundu. Este planalto é dominado por um grupo cultural que se congrega sob a denominação Nyaneka-Nkhumbi, estando ele mesmo dividido em diversos grupos étnicos: Nyaneka, Otylenge, Nkhumbi, etc. No século XIX, alguns domínios da região apresentavam vestígios de antigos reinos. É o caso de Mwila, reino Nyaneka que, no século XVIII, dominava toda a região de Huila e que se desmembrou pela

metade do século XIX: neste momento, com efeito, Jau se separou de Mwila, para longe se fragmentar também. Mwila tinha entrado, no século XVIII, em relação com Caconda e Angola portuguesa. A região era a mais povoada do país Nyaneka: ela foi o palco de ensaio da colonização portuguesa no ano de 1840, à custa de numerosos confrontos militares. Os domínios Nyaneka (sobretudo Mwila e, mais tarde, Ngambwe) tornaram-se centros comerciais da cera, marfim, gado, servindo todo o sul de Angola durante a segunda metade do século XIX. Apesar de que o setor mercantil tenha desempenhado um papel na fragmentação política da região, as razias e rapinas diversas forneceram freqüentemente a ocasião imediata de ascensão de aventureiros ou de novatos. A partir dos anos 1840, a região foi, com efeito, percorrida em todas as direções, às vezes, armas à mão, por comerciantes e pequenos chefes de guerra, que estabeleceram domínios, com uma clientela de prisioneiros (serviçais), refugiados, aventureiros, etc.: lá, em seus pequenos redutos, homens e animais se protegiam da violência atrás das cercas de espinhos.

Mais ao sul, os Ovambo do vale do Cuvelai estavam também divididos em domínios, alguns com grandes dimensões (os Kwanyama, em particular), separados uns dos outros por zonas desérticas. Como entre os Kyanka ou os Nkhumbi alguns destes domínios podem ser o resultado de antigos reinos conhecidos no século XVIII, principalmente o de Humbe. Viu-se que a realeza entre os Ovambo era estreitamente ligada a uma agricultura em expansão no século XIX. O comércio com a região Ovimbundu e com os postos avançados mercantis da costa angolana (Fenguela e, mais tarde, Moçâmedes) e da África Austral (Valvis Bay) permaneceu essencialmente submetido às regras do comércio tributário: este forneceu aos chefes novas ocasiões de acumulação. A fragmentação política ficou, então, limitada entre os Ovambo e o poder de seus chefes foi salvaguardado no essencial até o período das sangrentas campanhas coloniais do fim do século XIX e início do século XX.

Existem regiões onde, no século XIX, o poder dos chefes não foi contestado em profundidade: os Ovambo oferecem um exemplo; na outra extremidade de nossa região, há pequenos Estados Shi, eles também concentrados em um meio ecológico muito particular, entre o sudoeste do lago Kivu e as baixas terras da floresta úmida. Kabare, Ngweshe e os outros domínios Shi parecem ter se desenvolvido essencialmente durante o século XIX, paralelamente à colonização das colinas por uma população e uma agricultura em expansão.

<sup>24</sup> Denis, P. *Histoire des Manabetu et des Matshaga jusqu'à l'arrivée des Belges*. Tervuren, 1961.

Desta vez, através de uma região muito vasta, entre o Lomani, o Luabala e a margem ocidental do Tanganica, é a mesma imagem de um Estado "horizontal" que dá o "império" Luba, com efeito, composto de domínios ou Estados relativamente autônomos. Durante seu período de máxima expansão, na primeira parte do século XIX, o poder militar do primeiro Estado Luba, o da capital (Kitenta) e o da corte do Mulopwe, foi exercido sobre um número importante de domínios que, na maioria, já participavam à noção de poder dos Luba (o bulopwe), privilégio dos chefes possuidores do sangue eal dos fundadores (Kongolo e Kalala Ilunga).

Esta estrutura se revelou efêmera e fortemente submissa às flutuações dos sucessos militares dos diferentes títulos políticos. Sob o reinado de Mulopwe Kasongo Kalombo (c. 1870-1880), a superestrutura política do "império" desaparece, principalmente sob a pressão das caravanas de comerciantes provenientes da zona Swahili ou em relações com Angola. A penetração comercial incitou as dissensões entre os próprios chefes políticos e entres estes e os chefes de linhagens possuidores das terras e domínios. Ao fim de nosso período, domínios e Estados Luba usufruíam de uma autonomia quase completa <sup>25</sup>.

O poder do *bulopwe* é um dos mais antigos e com mais prestígio na história das sociedades da savana. Noutra parte desta região, assiste-se à proliferação, no século XIX, dos títulos de chefes e à aparição de novas formas de poder onde o elemento místico está ausente: o crescimento do setor mercantil que se observa em algumas regiões parece ter desempenhado um importante papel nesta evolução. A região Mbundu oferece sobre isto um exemplo flagrante.

No século XVIII, o reino dos Imbangala de Cassange apresentava-se como a principal construção política da região Mbundu e como o principal parceiro econômico de Luanda e dos postos avançados portugueses no vale do Kwanza. Na segunda metade do século, os principais títulos políticos e os clãs começaram a adquirir uma certa autonomia face ao Rei (o *Kinguri*) de Cassange. Esta evolução estava ligada à liberalização do comércio dos escravos: ao processo de destruição interna dos monopólios oficiais de Angola portuguesa correspondia ao processo de destruição interna do poder

<sup>25</sup> Administradores coloniais, ligados às teorias da administração indireta e preocupados em "reconstruir", em pleno século XX, supostos impérios desaparecidos, tiveram tendência a super valorizar o grau de centralização, existente nos Estados Luba. Uma análise da questão em: Wilson, A. Long Distant Trade and the Luba Lomani Empire, *Journal of African History*, XIII, 4 (1972), p. 575-89.

tributário do *Kinguri*, simbolizado pelo declínio do grande mercado oficial, a *feira* de Cassange. Ao tempo do esplendor dos Imbangala (século XVII e primeira metade do século XVIII), a *feira* havia monopolizado as transações com os portugueses: ao fim do século XVIII e no século XIX, ela não é mais que um mercado entre outros da região.

No plano político, Cassange transforma-se, nesta época, em uma rede de domínios, baseado ele mesmo no poder dos clãs e linhagens que haviam ocupado a depressão de Cassange bem antes do século XVII e a criação do reino dos Imbangala. A economia mercantil continuou a desempenhar um grande papel na sociedade descentralizada de Cassange no século XIX. Os títulos políticos, os chefes de clã, os notáveis conseguiram, a partir deste momento, bem melhor que a corte de *Kinguri* a acumular dependentes como também grandes produtos obtidos pela sua participação na economia mercantil: o *Kinguri* não foi o único título político a levar uma espécie de vida prestigiosa graças a seus numerosos clientes ou a distribuições de bens ou insígnias cobiçadas.

Nos anos 1840, um *Kinguri*, Mbunba, conseguiu permanecer entre os principais comerciantes de seu reino. Estava-se, todavia, em período de expansão da Angola portuguesa. Em 1850-1851, uma expedição armada (Salles Ferreira) obrigou Mbunba a abandonar o trono; Livingstone visitou Cassange alguns anos mais tarde: aí ele encontrou ainda uma guarnição angolana, cujos membros, casados no país, se dedicavam ao comércio (e aos jogos de cartas!) mais que às operações militares. Cassange continuava um importante centro comercial, mas sua prosperidade dependia de comerciantes Imbangala independentes e não mais do comércio tributário de outrora <sup>26</sup>.

Durante os ciclos da cera e depois da borracha, a fragmentação do reino prosseguiu: as caravanas Imbangala freqüentavam ainda os Estados Lunda a leste de Kwango, mas também e, cada vez mais, as regiões Pende e Luba; elas estavam organizadas por autoridades ou chefes, mas também pelos mais novos que conseguiram se enriquecer graças às expedições comerciais e à administração de clientelas, desta vez fora do controle das linhagens matrilineares: um fenômeno bem conhecido em todas as sociedades da região onde prevalecia este sistema de parentesco.

<sup>26</sup> *Livingstone's African Journal, 1853-1856*, ed. I. Shapera, Londres, 1963, vol. I, p. 127-131. Uma discussão de Cassange do século XIX em: Miller, J.C. Slavos, Slavers and Social Change in Nineteenth Century Kasanje. In: Meiner, P.M., ed. *Social Change in Angola*, o.c., p. 10-29.

Nas altas terras de Angola central, na região dos Ovimbundu, um movimento semelhante apareceu durante o século XIX. Substituindo-se progressivamente aos reinos negreiros do século XVIII, é uma "sociedade democrática" que se desenvolveu, paralelamente ao progresso da agricultura, da população e de uma vigorosa economia comercial. Esta é bem documentada pela região a partir dos anos 1770: nos anos 1800-1880, e sobretudo durante os ciclos da cera, do marfim e da borracha, os Ovimbundu foram os grandes comerciantes dos planaltos da África central 27. A diferença, no século XVIII, é que estes novos ciclos de economia mercantil favoreciam mais os indivíduos ou grupos empreendedores que às aristocracias dos Estados: estas não chegaram mais a monopolizar os lucros das trocas.

A fragmentação política de algumas regiões fez com que a função do chefe caísse em desuso: isto aconteceu com certos grupos Kongo ou Mbundu 28, por exemplo. Entretanto, lá, como nas sociedades onde a função do chefe territorial era desconhecida, o desenvolvimento das trocas geralmente conduziu a uma polarização ao redor de grupos ou de indivíduos empreendedores: conhece-se exemplos através de toda África central. Na floresta úmida da depressão central, comerciantes chegaram a acumular escravos, armas, cobre, etc.: trata-se geralmente de condutores de piroga, habitantes das margens do Rio, enriquecidos no comércio mercantil. Mas é na região de savanas e florestas ralas do sul que se pode observar o exemplo mais espetacular de criação e ascensão de um título político ligado à economia mercantil. A história do reino de Misiri começa, com efeito, por expedições comerciais.

Pela metade do século XIX, viajantes Sumbwa, originários da Tanzânia atual, vêm tratar com os chefes Lunda, Luba, Aushi, etc., do vale do Luapula e regiões vizinhas. Estes comerciantes eram atraídos pela cera, abundante na região e pelo cobre, tratado a oeste do reino de Kazembe. Ngelengwa Mwanda, filho de um destes viajantes e que havia acompanhado estas expedições, instalou-se, por volta de 1855, na região do chefe Katanga, um dos principais produtores de cobre e onde se encontrava uma aglome-

27 Ainda nos anos 1920, quando a cultura do milho era imposta como fonte principal, os prósperos comerciantes Ovimbundu, estabelecidos nas principais cidades de Angola, testemunharam a antiga tradição de seu povo.

28 Já se mencionou os Ambaquistas, grupos Mbundu da região de Ambaca, e que desde a segunda metade do século XVIII, haviam escapado ao poder dos chefes para viver atividades diversas, ligadas às redes comerciais do interior: no século XIX, eles eram encontrados em todos os lugares onde o comércio angolano havia penetrado.

ração importante para a região 29. Mwenda aliou-se ao chefe por um casamento: ele desposou sua filha, Kapapa e esta permaneceu sua primeira mulher. É a época onde as expedições comerciais árabes, Swahili, Nyamwezi, Ovimbundu se multiplicavam na região, tendo a finalidade de desenvolver o comércio do cobre, do marfim, dos escravos.

Mwenda torna-se, sem dúvida, o exemplo mais marcante destes comerciantes que souberam tirar proveito das divisões no seio dos clãs reinantes e que puderam se apoiar sobre tropas suficientemente numerosas e bem armadas para se estabelecer em uma região, atrair uma população em uma capital, apoiar seu poder sobre uma rede de clientela, compreendendo homens de confiança, companheiros de aventura, parentes, títulos políticos locais, ou simplesmente indivíduos empreendedores de toda origem. Tudo indica que a mobilidade social foi mais forte nos Estados dos chefes comerciantes que no seio das antigas aristocracias militares. As sociedades comerciantes pareciam, com efeito, oferecer aos grupos ou indivíduos desfavorecidos a possibilidade de adquirir importância diante dos novatos, mais rapidamente, sem dúvida, que diante dos títulos que se desenvolveram nos séculos XVIII e XIX.

Após sua instalação perto de Katanga, Mwenda iniciou a prestação de serviços a facções políticas opostas. Beneficiando da ajuda de negociantes Ovimbundu, ele se imiscuiu nas disputas entre chefes da região, Sanga, Luba, Lunda, etc. Seus maiores sucessos provêm de sua participação nas disputas entre pretendentes ao trono de Kazembe. Ainda aqui, as armas do Bié desempenharam um grande papel e facilitaram sua ascensão. Antes de 1880, ele conseguiu criar seu próprio Estado: ele tomou o título e as insígnias de *mwami* que eram conhecidos em sua região de origem e ele estabeleceu sua capital em Bunkeya, no vale da Lufira. Na época, os chefes da região eram mais frequentemente associados ao poder de Mwant Yav (Lunda) ou de Mulopwe (Luba). Mwenda conseguiu incorporar um grande número deles a seu império e fazê-los aceitar suas insígnias (*Kihunru*). Bunkeya tornou-se um centro importante, freqüentado por todos aqueles que procuravam fortuna perto de Mwenda. Este se tornou conhecido como Mairi, nome que parece ter tido uma origem local. Seu apelido "Ma-

29 Um viajante árabe, Said ben Mabib, descreveu este centro na metade do século: aí a população era mais numerosa que na capital de Kazembe, os víveres comercializados abundavam, o algodão local era fiado aí para a fabricação dos vestimentos. Citado por F. Bontinck, *La double traversée de l'Afrique par trois "Arabes" de Zanzibar (1845-1860)*, *Etudes d'Histoire africaine*, VI (1974), p. 5-53 (p. 12).

ria Segunda” evocava suas relações privilegiadas com Angola. Estas sempre foram importantes para ele, talvez porque elas o ajudassem a se distanciar em relação aos comerciantes da rede Swahili. Sem jamais ter estado em Bié, ele havia, por outro lado, adquirido um bom conhecimento da língua umbundu.

Os companheiros de origem de Msiri, os Sumbwa, foram conhecidos em seu reino como Yeke. Eles desempenharam um importante papel na organização política e militar, principalmente como representantes nas regiões submissas, Sanga, Luba, etc. O Estado de Msiri era uma máquina de guerra; as campanhas mais acirradas desenrolavam-se nos Estados e domínios Luba do Lualaba. Eram também os Yeke que conduziam suas caçavanas até Angola (através da região Luval) ou ainda na África oriental: seu reino (o Garanganja dos Angolanos, o Katanga dos Swahili) torna-se um centro de dispersão do comércio da África central, de Zanzibar a Benguela, da região Luba aos postos avançados portugueses de Moçambique ou árabes do lago Malawi; o apelido (Monari) dado a um missionário escocês em Bunkeya revela que mesmo termos afrikaans eram conhecidos entre os Misiri<sup>30</sup>.

Estas comunicações a longa distância eram a base do poder de Msiri. É o comércio mercantil que lhe fornecia as armas e os bens de prestígio (os tecidos, em particular), em troca de cobre<sup>31</sup>, escravos e, sobretudo, talvez, marfim: Msiri exercia um monopólio sobre o marfim e exigia que todo aquele recolhido em seu território fosse enviado à capital.

Os casamentos tiveram grande importância na política de Msiri: centenas de mulheres eram ligadas a ele e grande número delas representava seus clãs à Corte: foram estas mulheres que lhe permitiram governar uma população dividida em numerosos grupos étnicos ciumentos uns dos outros. Na verdade, as mulheres de Msiri exerciam uma influência preponderante em Bunkeya; por outro lado, diversas entre elas supervisionavam os domínios por conta de Msiri. Após as razias que sofreram as regiões vizinhas, a população de Bunkeya era, na maioria, feminina.

Entre as mulheres mais próximas de Msiri, conta-se, num certo período, uma jovem Swahili das proximidades de Kwato e duas mulatas de Angola, Margarida e, sobretudo, Maria da Fonseca. Esta era conhecida em Bunkeya sob o nome de Missota. Ela era a filha de um português de Caconda

<sup>30</sup> “Monari” é uma pronúncia deformada do afrikaans “m’jineer” (monsieur).

<sup>31</sup> Os Yeke introduziram a arte de tirar os fios de cobre à foice e deram uma grande expansão à produção.

e era aparentada por sua mãe a uma família de mestiços africano-goenses estabelecidos em Bié, os Coimbra: foi a eles que Msiri pagou um rico dote em marfim. Maria se estabelece em Bunkeya, em 1874, e se torna uma favorita de Msiri e uma das pessoas mais conhecidas da capital pela vida que levava, seu senso de luxo e de espetáculo, seus empreendimentos econômicos: ela possuía uma vila nos arredores de Bunkeya, clientes e ajudava Msiri a administrar o comércio do marfim.

Viajantes europeus que se aproximaram de Msiri deixaram uma imagem bastante sombria. P. Reichard, por exemplo, acentuou suas crueldades: mas este mesmo explorador deu o espetáculo de uma conduta brutal e corrompida durante sua estada no reino e seu testemunho é suspeito. R. Ivens apresenta Msiri, um perpétuo sorriso aos lábios, pessoa atrativa e simpática à primeira vista e de uma generosidade legendária. Mas segundo este viajante, Msiri era, antes de tudo, um potentado cruel: Ivens conta nos detalhes e não sem prazer as cenas que lhe haviam contado e onde Msiri teria sido mestre em suplícios bárbaros. Em contrapartida, um missionário escocês, F. Arnot, o único europeu a ter permanecido muito tempo em Bunkeya (sua primeira estada durou de 1886 a 1888), descreveu o velho homem, face agradável e lisa, barbicha muito branca e que o recebeu de uma maneira toda paternal. Arnot descreveu a paz que reinava na capital: “Msiri é severo em seu governo, mas não vejo nenhum traço de tortura ou crueldade executadas sob suas ordens: de fato, as execuções são correntes, mas sempre expeditivas”. Noutra parte, ele mostra Msiri em suas atividades cotidianas, inspecionando ele mesmo o trabalho dos campos, impondo uma estrita polidez à sua volta, preparando feitiço para um caravana Yoke, de partida para Bié, ordenando sob o impulso de um momento a uma de suas mulheres para preparar um prato de arroz e mel para Arnot no dia em que ele o encontrou enfraquecido.

Freqüentemente a alienar os africanos, a literatura colonial não quis ver senão “imaginação otimista” no testemunho ocular de Arnot e ela preferiu os boatos espetaculares trazidos por outros e que expressavam um certo gosto de exotismo. De fato, os tempos eram duros: escravos maltratados, culpados ou suspeitos sumariamente executados ou mutilados, aldeias e campos pilhados. Chefe temido, personagem de sua época, Msiri soube mostrar-se generoso, mas também implacável e nisto ele respondia ao estereótipo do chefe africano. Às vezes, ele foi cruel. Foi, por outro lado, a execução de uma de suas mulheres, Masengo, que forneceu o pretexto

da longa revolta dos Sanga contra o Estado Yeke: esta revolta só terminou com a morte de Msiri <sup>32</sup>, e graças às armas do poder colonial.

É possível distinguir uma tendência geral, através dos diversos itinerários seguidos pela história política da região? A história econômica da África central, no século XIX, parece propor um início de resposta. Com efeito, as condições de acumulação de riquezas e de dependentes mudam no século XIX, devido a constituição de zonas de densidade mais marcadas, graças a progressos na produtividade agrícola e mesmo artesanal, graças também ao crescimento de certos setores da vida econômica. O mesmo acontece com o setor de trocas, setor em perpétuo movimento segundo as conjunturas, segundo os grandes produtos trocados. Em muitas sociedades, este setor contribuiu muitíssimo para o início de estratificação social.

De fato, apesar da existência largamente difundida, na época, de diversas formas de servidão, seria temerário falar de "classes sociais". As diferenças sociais em vias de se aprofundar, freqüentemente adquiriram o aspecto familiar de antigas instituições políticas, de solidariedades étnicas ou de clãs para que se possa utilizar o conceito de "classe". Uma antiga função, a de chefe político, mostrou-se particularmente maleável às novas circunstâncias. Já na história mais antiga da região, a função de chefe era emprestada à dominação de grupos ou indivíduos, onde se encontram visionários, novos ricos ou simplesmente indivíduos empreendedores. No decorrer do século XIX, esta tendência acentuou-se, ou pelos antigos títulos políticos que estavam cada vez mais baseados sobre a economia de trocas ou porque eles foram apossados pelos "novos-ricos", ou ainda porque novos títulos tenham sido criados.

A instituição dos chefes no século XIX inscreve-se, assim, em uma continuidade antiga. E entretanto, a época deu-lhe características originais: em particular, a posição de chefe parece ter conhecido uma instabilidade que não era característica da história antiga. O século XIX terá sido a época de sucessos políticos rapidamente construídos, mas, às vezes, também rapidamente desaparecidos: a mudança foi muito precipitada e a história autônoma da região brutalmente interrompida ao fim do século para permitir o nascimento de grandes Estados. Mais freqüentemente, tal como se desen-

32 Msiri morreu violentamente pela mão de um europeu, a 20 de dezembro de 1891. O assassino também morreu, executado no campo por um filho de Msiri. As principais testemunhas sobre a vida em Bunkeya antes da conquista colonial são as de Ivens e de Arnot. Oliveira Martins, F.A., ed. Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, vol. II, *Diários da viagem de Angola à contra-costa*. Lisbonne, 1952, p. 366-383. Arnot, F.S. *Carenganze or Mission Work in Central Africa*. Londres, 1889.

olveu no século XIX, o Estado da África central ignorou as hierarquias complexas, as divisões regionais: ele se apresentou sobretudo como uma rede de domínios, rede "horizontal", mais que hierarquia territorial "vertical".

A regra, entretanto, não é absoluta. Alguns Estados centralizados conseguiram sobreviver no século XIX: sob uma forma menos importante, é verdade, isto aconteceu ao Estado de Mwant Yav dos Lunda. Ao contrário, em algumas sociedades, o processo de descentralização foi tal que se chegou a prescindir da função de chefe: o ideal monárquico que este encarnava deixou, então, o lugar ao ideal igualitário dos chefes de clã ou da aldeia, representantes de um poder por comitês. Esta tendência esteve presente principalmente na sociedade Kongo, mas, verdadeiramente, sem se tornar claramente vitoriosa: a participação intensiva desta região na economia de trocas era, com efeito, propícia ao poder de chefes políticos. Lá como noutra parte, indivíduos empreendedores, jovens, não pertencendo às linhagens aristocráticas, puderam, contudo, vencer estes obstáculos e constituir clientelas e aldeias que escapavam aos poderes estabelecidos: os títulos políticos, como também os clãs e linhagens. Particularmente nas regiões com tendência matrilinear, a aquisição de escravos permitiu aos novatos de escapar, assim, ao poder dos tios maternos e de controlar eles próprios sua descendência.

O poder político, assim, geralmente permitiu novas formas de acumulação que são, talvez, a característica principal dos anos 1800-1880. De fato, em algumas regiões, o poder dos chefes permaneceu desconhecido e não se constata acumulação por certos grupos ou indivíduos privilegiados. É o caso das sociedades da floresta úmida que estavam distantes das vias de comunicação (os Loga do Maniema, por exemplo), ou certas sociedades agrícolas: assim os vizinhos Manvu do reino Mangbetu. À época que nos interessa, os tipos de sociedades que escapam à acumulação aparecem pouco a pouco como anacronismos.

A história política dos anos 1800-1880 deixaria uma impressão enganosa se apenas se retivesse o tema da fragmentação do centro da África. De fato, na época, a política não é mais o núcleo da organização espacial <sup>33</sup> e é preciso ter em conta o crescimento de vastos espaços econômicos que largamente ultrapassaram as fronteiras das etnias ou das organizações políticas.

33 Vansina, J. *L'Afrique centrale vers 1875, La Conférence de Géographie de 1876*, p. 1-31. Bruxelles, ARSOM, 1976.

### III. *Grandes espaços econômicos: a África central no fluxo e refluxo da economia mundial no século XIX*

A atividade econômica das antigas sociedades da África central não funcionava como compartimentos estanques: no decorrer dos séculos, viu-se o estabelecimento progressivo de um sistema onde a agricultura, a pecuária, a pesca e a coleta formavam o essencial das atividades de produção: um setor de trocas sempre existiu, ocupando um lugar mais ou menos importante, segundo as circunstâncias históricas. Regra geral, a dificuldade e o custo dos transportes limitaram por muito tempo a troca de grandes produtos preciosos: sal, ferro, bens de prestígio (cobre, tecido de rafia, etc.), enquanto que produtos agrícolas não eram, geralmente, transportados em grandes distâncias.

O crescimento de uma economia mercantil mundial, a partir do século XVI, progressivamente pesou sobre a organização da vida econômica em regiões cada vez mais extensas da África central: as trocas "exteriores" provocaram mudanças na organização das trocas "interiores", como também em outros setores da vida econômica.

Os historiadores dividem-se quanto à significação destas trocas. Por vezes, quis-se ver no crescimento do setor mercantil o início do progresso econômico da África central e os fundamentos de seu desenvolvimento político. A realidade é, sem dúvida, mais complexa: segundo os grandes produtos trocados e as conjunturas, a divisão dos lucros e possibilidades de acumulação, segundo, enfim, a evolução das estruturas sociais e políticas, algumas regiões puderam se beneficiar do crescimento do comércio. Neste caso, assiste-se a uma diversificação da economia e a uma melhor utilização dos fatores da produção. Noutra parte, as sociedades menos privilegiadas foram asfixiadas e esvaziadas de sua substância. No seio da África central, esta desigualdade foi característica dos séculos que precederam a época que nos interessa e ela é típica ainda no século XIX, período de crescimento das trocas. Estas respondem a uma procura em aumento de grandes produtos da economia da coleta da África central: marfim, cera, copal, óleo, café, etc.; a expansão da economia comercial de Angola é demonstrada por alguns dados: entre 1845 e 1875, o valor das exportações de produtos da coleta multiplicou-se mais ou menos por quatro; entre 1865 e 1875, a circulação monetária multiplicou-se por 10, nos centros comerciais angolanos.

A comercialização destes grandes produtos africanos nos mercados mundiais era condicionada pelo funcionamento, no interior do continente,

de redes de comunicações, transporte, trocas. Estas redes, suas pousadas, suas culturas esboçam grandes espaços econômicos sobre o mapa da África central no século XIX, "fronteiras" novas que englobam e remodelam os antigos espaços políticos e econômicos da região.

Estes novos espaços são dominados pelas exigências dos centros motores da economia mundial do século XIX: cada um destes espaços dominados possui suas tradições históricas, suas características políticas e sociais, mas cada um partilha este trato comum que transforma a antiga organização econômica africana e a une de maneira mais ou menos instável à economia mundial.

Distingue-se quatro grandes espaços econômicos na África central nos anos 1800-1880. Dois dentre eles são caracterizados por um papel importante que aí desempenham comerciantes mussulmanos. A nordeste de nossa região, encontram-se os postos avançados dos negociantes que, a partir do Cairo, do Mar Vermelho, de Khartoum, drenam o Bar-el-Chazal e a região ao sul de Vele. Esta rede desenvolveu-se a partir das expedições comerciais e militares que o vice-rei do Egito, Mohamet Ali, lançou no Sudão e Darfour. É aproximadamente em 1850 que a penetração egípcia atingiu o Bar-el-Ghazal: lá, os comerciantes egípcios, coptas, europeus adotaram as técnicas desenvolvidas pelas colunas dos sultões do Darfour, após o século XVIII. Eles construíram *zeribas*, redutos ou simples trincheiras de espinhos que lhes serviam de pontos de apoio durante as operações de troca ou pilhagens. Um viajante europeu, Schweinfurth, acompanhou alguns destes negociantes nos anos de 1870 e deixou uma documentação preciosa sobre os reinos Zande e Mangbetu, no momento de seus primeiros contatos regulares com o comércio sudanês.

A rede sudanesa possuía traços característicos e principalmente divisões de influência entre monopólios do Estado e comércio privado, uma utilização racional da força, graças particularmente ao recrutamento de mercenários locais, uma política de desenvolvimento de plantações comerciais (algodão, em particular): estes objetivos e estes métodos serviram de fonte de inspiração a Leopold II quando ele se dispôs a construir um império comercial na bacia do Zaire. Desde os anos 1880, vastas partes de nossa região foram incorporadas em uma rede comercial que tinha suas bases nos postos e entrepostos da costa Swahili do Oceano Índico: Zanzibar, Dagamoyo, etc. As rotas Swahili penetravam na região a leste do Lomani por dois grandes conjuntos de pistas: um "corredor" atravessava o Unyambe ao centro da Tanzânia atual e cruzava o lago Tanganica, principalmente a partir de Ujiji. Uma outra via atingia a região de Luapula-Moero a

partir do lago Malawi, ainda a região sudoeste da Tanzânia. A rede Swahili foi, por muito tempo, caracterizada por pequenas caravanas, permanecendo na corte de chefes influentes (o chefe Lunda Kazembe, sobre o Buapula, por exemplo). Nos anos 1870, entretanto, assiste-se ao nascimento de principados comerciantes: o mais célebre foi o de Tippu Tib, estabelecido desde 1875 em Kasongo e que dominou o comércio a longa distância no Sankuru e "império". É a zona Swahili que serviu de primeiro ponto de apoio para a penetração colonial na parte oriental da África central.

As duas outras raças que se estendiam em nossa região estavam baseadas nos povos avançados mercantis europeus da costa atlântica: seja portugueses (Luanda, Benguela, Moâmedes), seja feirantes holandeses, francas, inglesas, etc., no Baixo-Rio e ao lado da costa norte de Angola. Esta última região era essencialmente alimentada pelo comércio Kongo, ele mesmo baseado nas sociedades Kwango-Kwilu (onde se expandiu a língua Kongo veicular, o Kituba), e no comércio do Rio. Este foi desenvolvido na segunda metade do século XIX, suplantando as antigas rotas do exército por via terrestre. Os ribeirinhos do Rio, particularmente na confluência Ubangi-Zaire, ou do próprio Zaire, na altura do equador, dominaram sem partilha o comércio pela água, porque eles eram os únicos a possuir e utilizar pirogas. Estes diferentes grupos expandiram as línguas bobangi que se tornaram o falar comercial do equador, mais tarde adotada na região pelos colonizadores. Eles estabeleceram centros comerciais (Lukolela, por exemplo), desceram o rio até os mercados Tio do Pool, subiram os rios do interior, procurando marfim e escravos (sobretudo Kongo), e introduzindo nas regiões da floresta úmida grandes produtos comerciais desconhecidos até então: fuzis, anéis de cobre, novas variedades culturais, etc. Viu-se que o comércio encorajou a formação de pequenos núcleos de população de prisioneiros, refugiados, etc. reunidos ao redor de um centro comercial do rio ou simplesmente junto a indivíduos enriquecidos pelo comércio<sup>34</sup>: é o caso de Ngaliema, antigo escravo enriquecido, que domina a região de Pool por volta de 1880. Quando da ocupação colonial, os postos do Estado, feitorias e missões recorreram aos mesmos processos e criaram aglomerações de prisioneiros semelhantes àquelas dos antigos condutores de piroga.

34 A expressão "Grande Comércio do Rio" é devida a G. Sautter que deu um primeiro traçado dele. Trabalhos mais recentes: Vansina, J. *The Tio...*, o.c.; Tonneir, R. *Giribuma. Contribution à l'histoire et à la petite histoire du Congo équatorial*. Tervuren, 1970; e o comentário do Jevsiowicki. B. L'administration coloniale et la tradition: propos de Giribuma, de R. Tonneir, *Cultures et Développement* (Louvain), VI, 3 (1974), p. 591-604.

Ver também Mulstaert, G. *Relations commerciales de l'Equateur*, o.c.

A rede luso-africana era a mais antiga e a mais complexa na África central<sup>35</sup>. As variações de suas rotas podem ser seguidas no mapa, durante o século XIX. Na primeira parte do século, os principais conjuntos de pistas ou "corredores" terminavam em Luanda e Benguela. Três grandes regiões econômicas e culturais se encontravam nas vias de acesso que conduziam a Luanda: a zona Kongo e sua rede "Mubire" (Vili), por intermédio dos domínios do Kwango (Holo principalmente) e de Incoge, posto fortificado angolano, a zona Lunda, seja por intermédio dos Imbangala de Cassange e de um outro posto avançado angolano, Ambaca, seja ainda pela região Songo e Pungo Andongo; enfim, a região Ovimbundu, em relações regulares com Pungo Andongo e outros postos angolanos do vale do Kwanza. Uma outra via ligava as altas terras Ovimbundu à costa: trata-se de rotas conduzindo a Caconda e Benguela. Por este "corredor", os comerciantes penetravam ao sul e a leste nas regiões Nyaneka, Nkhumbi, Ganguela. Desde os anos 1840, o reino Luyi e a região Lunda estavam igualmente incorporados nesta rede.

Durante a segunda metade do século XIX, a rede tomou novo impulso. Os Ambaquistas começaram a frequentar a *mussumba* do Mwant Yav, sobretudo sob o reino de Muteba. Eles recorreram a uma via direta, evitando Cassange, a partir do novo posto português de Malanje (1857). Os comerciantes deste posto estabeleceram logo uma pousada à proximidade de um domínio Lunda, Kimbundu, a meio caminho na via da *mussumba*. Com o declínio do comércio tributário Lunda e nas pisadas da expansão Tshokwe, os Ambaquistas abriram rotas em direção ao vale da Lulua, na região Luba e eles atingiram os mercados da periferia Kiba. Lá, eles entraram em concorrência com as caravanas Ovimbundu que, nos anos 1870, contornaram o Estado Lunda da Kalagne e comerciavam com os Estados Luba, aí comprando escravos e indo, em seguida, negociá-los com os Kuba, grandes fornecedores de marfim.

Pode-se estabelecer uma hierarquia de centros comerciais dos grandes espaços econômicos representados pela economia mercantil, segundo a complexidade e a diversidade das funções que eles preenchiam no seio da economia dominante: créditos aos comerciantes, armazenagem, embalagens, armamento de expedições comerciais, etc. Lunda, seguida de Benguela e, na segunda metade do século, Moçâmedes, concentravam as operações mais complexas e eram a sede das principais firmas comerciais. A Luanda do século XIX possuía traços arquiteturais e as instituições características

35 Vellut, J.L. *Notes sur le Lunda et la frontière luso-africaine (1700-1900)*, *Etudes d'Histoire africaine*, III (1972), p. 61-166.

das cidades portuguesas dos trópicos, do Brasil, da África ou da Índia. Mas ela era também uma cidade original, crioula e africana, microcosmo da sociedade luso-africana. Aqui, as fortunas se faziam e se desfaziam rapidamente. Um visitante dos anos 1840, descreveu o baile do governador onde se encontrava uma mulher ornada de ouro e de jóias, vinda a Luanda como escrava, um homem que chegou à costa como prisioneiro a bordo de um negreiro, um outro, cuja infância passou nas ruelas dos subúrbios populosos de Lisboa<sup>36</sup>.

Por volta de 1850, entre os postos angolanos do interior, nenhum se aproximava dos 6 a 10 000 habitantes de Luanda. Nos "corredores" do interior, distinguia-se algumas pousadas principais, onde se efetuavam as divisões da carga, onde se recrutava novos carregadores, onde se organizava uma parte importante do crédito, etc. Bram nestes pequenos centros que se concentravam a maioria dos raros europeus e mestiços comerciantes no interior. No hinterland de Luanda, notava-se sobretudo Dondo, centro do comércio com a margem esquerda do Kwanza, mas que adquiriu importância durante os ciclos do café e da borracha, e Pungo-Andongo: este último ponto ocupava uma posição importante, ponto de partida dos comerciantes para a região dos domínios Lunda e nó das comunicações por via terrestre entre Benguela e Luanda<sup>37</sup>. Ao sul, Caconda ocupava uma posição semelhante, orientada desta vez em direção aos povos do sul das altas terras Ovimbundu como também em direção a Bié. Este último reino era um importante centro secundário da rede: ponto de divisão das cargas, centro de compra e de crédito. Encontrava-se aí uma colônia luso-africana com uma centena de pessoas, cujo maior número era de origem africana ou mestiça (Mbundu de Golungo, Ambaquistas, "Mambari" do Bié, etc.).

Enfim, os centros da economia tributária (tais como a *mussumba*, Bunkeya, ou os centros de pequenos domínios) ou os mercados das sociedades descentralizadas constituíam o ponto final do sistema, pontos obrigatórios de transações.

O sistema funcionava graças a uma vasta organização de transporte por carregadores: este, lento e custoso, pesou profundamente nas sociedades da África central. Instrumento de opressão (numerosos carregadores eram prisioneiros), este transporte oferecia também a possibilidade de iniciar uma acumulação de bens ou homens que, finalmente, podia permitir a eman-

cipação ao controle dos chefes e das linhagens matrilineares. Silva Porto, comerciante português que viveu muitos anos em Bié, conta como jovens Ovimbundu desprovidos se engajaram como carregadores nas caravanas partindo para Luyi, região Luval, etc. Com o preço deste tipo de transporte para estas regiões, com 6 peças de tecido, nos anos 1840, um carregador podia adquirir dois escravos. Transportando por conta de seu comprador, trocados por cabeças de gado, enviados para salvar uma dívida ou um litígio, os escravos desempenhavam um papel essencial na constituição de uma fortuna. O proprietário de algumas mulheres, prisioneiros, cabeças de gado, podia aspirar a se tornar *pombeiro*, quer dizer, receber créditos comerciais da parte dos negociantes luso-africanos e a subir, assim, pouco a pouco, na escala social.

O crédito, com efeito, tinha um papel essencial no sistema: seu funcionamento mostra como a rede estava fracionada em compartimentos estanques, dispondo cada uma de seus meios de pagamento. Os comerciantes luso-africanos conhecidos das firmas do litoral ou das feitorias nos centros do interior obtinham seis meses de crédito, mas uma certa flexibilidade existia no prazo de reembolso. Os comerciantes do interior eram, entretanto, submetidos às flutuações da cotação dos grandes produtos que eles traziam para liquidar suas dívidas. Eles mesmos davam adiantamentos a comerciantes africanos, a *pombeiros*, ou a chefes (às vezes sob a forma de tributo ou "oresente"). O produtor de cera ou marfim não tinha acesso direto ao mercado: ao princípio de nosso período, parece que a concorrência dos compradores fez alterar as cotações praticadas no interior, mas durante a maior parte dos anos que nos interessa aqui, um pão de cera, uma carga de borracha ou um "servidor" são trocados por uma importância invariável, composta de mercadorias do comércio (o "pacote" dos comerciantes franceses, o "banzo" em Angola). Em caso de baixa das cotações no litoral, as compras se interrompiam no *sertão* e o produtor sofria prejuízo. Diz-se também que os produtores realmente não se beneficiaram da baixa sensível dos preços das mercadorias importadas que se fez sentir no meio do século XIX<sup>38</sup>. De fato, é a situação mais ou menos central dos "compartimentos" da rede, quer dizer, seu acesso mais ou menos direto às tran-

36 Tams, G., citado por Stamm, A. La société créole à Saint-Paul de Loanda dans les années 1838-1848, *Revue française d'Histoire d'Outre-Mer*, nº 217 (1972), p. 578-610.

37 Feo Cardozo, o.c., p. 355.

38 Entre 1834 e 1850, os preços dos principais produtos industriais portugueses baixaram aproximadamente 25%. O valor dos tecidos (zuaré) baixou mais de 40% entre 1840 e 1850. Castro, A. Art. "Indústria" in: *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa, 1965, vol. IV, p. 535-538.

sações de importação-exportação, que determinava os níveis do lucro<sup>39</sup>.

Sistema parecido era caracterizado pelos contrastes que se aprofundavam entre as zonas que monopolizavam as operações rentáveis (centralização de quantidades importantes de produtos, manutenção, comercialização) e estas onde as possibilidades de acumulação eram mais reduzidas: as regiões privilegiadas apresentavam um aspecto bem diferente das outras: as armas, os tecidos, os escravos domésticos eram numerosos nos primeiros, raros entre os outros. Veremos que aos períodos de recessão econômica corresponderam esforços portugueses para monopolizar as vantagens da rede, eliminando os "intermediários" africanos. Em contrapartida, durante os períodos de crescimento comercial, o essencial do comércio do interior era desempenhado pelos africanos.

Durante o século XIX, a rede pôde se adaptar a alguns grandes ciclos comerciais. Até os anos 1840, é o ciclo dos escravos que dominou, de longe, a atividade comercial luso-africana. De fato, este último aumento foi o mais desastroso na história do comércio angolano. Estima-se um total oscilando entre 15 e 20 000 o número de escravos exportados anualmente dos portos da África central (da costa de Loango até o sul de Angola) nos anos 1780-1830: o principal importador era o Brasil e o principal fornecedor era Angola. No século XIX, é a mão de obra servil angolana que permite a expansão da economia cafeeira do Rio de Janeiro e São Paulo.

Nos anos 1840-1850, diversas medidas concorreram para fazer Angola sair do ciclo dos escravos. Elas foram devidas ao governo da metrópole (e sobretudo ao ministro liberal Sá da Bandeira), a Grã-Bretanha (estabelecimento de uma comissão mista e de um tribunal de arbitragem a Luanda, em 1843), ao Brasil (onde as primeiras restrições à importação de escravos datam de 1830), e, enfim, ao governo local de Angola (sobretudo sob a administração de Pedro Alexandrino da Cunha, 1845-1848). No conjunto, o comércio escravagista atlântico, mesmo clandestino, se extinguiu por volta dos anos 1850, salvo, entretanto, na região do Baixo Rio, onde ele subsistiu, fora do controle português, até o desaparecimento dos últimos mercados escravagistas da América Latina, no fim dos anos 1860.

Durante o resto do século XIX, as exportações de Angola se limitaram a alguns produtos agrícolas (café, açúcar) ou sobretudo à coleta.

39 As redes comerciais da África central podem ser analisadas segundo as teorias de análise espacial. Ver um exemplo aplicado à África do oeste em: Foward, A.M. *The Relevance of Spatial Analysis for the Study of Nineteenth-Century Economic Change: The Sierra Leone-Guinea System*. Madison, Wis., Workshop in African Economic History, verão de 1974 (ronéoté).

Entre os últimos, encontra-se a cera e o marfim: na última terça parte do século, o café de coleta, o copal, o óleo de palmeira e, em seguida, sobretudo a borracha vieram diversificar o inventário das exportações dos produtos de coleta.

Já no século XVIII, a cera havia desempenhado um papel importante na economia colonial portuguesa de Angola: nos anos 1760-1769, o valor das exportações de cera a Luanda alcançaram a importância de 24% das exportações de escravos do mesmo porto. Viu-se que a exploração de colméias selvagens em grande escala ajuda a compreender a penetração na floresta rala no século XIX. É assim que na região do Alto Kwanza (Songo, Tshokwe) e mesmo entre os Ganguela, a cera e, mais tarde, a borracha foram os principais produtos da economia de coleta comercializada. Nos dois casos, um mínimo de preparação era necessário. Para a cera, a primeira etapa da comercialização consistia em preparar unidades-padrões, bolas ou pães: durante o século XIX, o pão de cera branca de 30 libras constituía uma unidade de conta. A borracha era também preparada em bolas. O primeiro carregamento de borracha foi negociado em Bié, em 1869: ao fim do século XIX e início do século XX, ela conquistou o primeiro lugar na economia de Angola, como também na do Estado Independente do Congo.

Mudando as condições de acumulação, o desenvolvimento dos grandes espaços econômicos africanos também provocou uma agravação da opressão social. Como na região do Rio e como também nas zonas árabe ou Swahili, a zona luso-africana propiciou o desenvolvimento de um setor de produção escravagista. De fato, as economias tributárias da savana conheciam a existência de setor parecido: os campos dos principais títulos políticos da *mussumba*, por exemplo, eram cultivados por uma mão de obra servil. No século XIX, a acumulação de prisioneiros por certos grupos privilegiados é freqüentemente concomitante ao crescimento de um setor de trocas ligado ao mercado mais que ao tributo. Viu-se o papel desempenhado pela incorporação de "escravos domésticos" na expansão demográfica e agrícola de certas sociedades da região (Kongo, Ovimbundu, Ovambo, etc.). Igualmente na sociedade colonial angolana, o setor escravagista esteve ligado à economia capitalista mercantil e ele adquiriu uma importância bastante considerável na segunda metade do século XIX. Apesar de certas nuances jurídicas (a escravatura foi formalmente suprimida em Angola, em 1878), foi principalmente o setor escravagista a base do crescimento da produção de algodão, de café de plantação e sobretudo de cana-de-açúcar: ao fim de nosso período, é a cana-de-açúcar angolana, destilada, que deu a aguardente, produ-

to essencial às trocas do *sertão*. É ainda a mão de obra servil que alimentou o mercado do trabalho provocado pelo início da colonização branca das regiões ao sul das altas terras ovimbundu.

A existência de grandes espaços comerciais na África central e a natureza de suas ligações com a economia mundial fornecem a chave da história do imperialismo do século XIX nesta região. Com efeito, neste período, não se trata ainda de imperialismo financeiro, pelo menos na África central, mas novas formas de imperialismo comercial.

Viu-se que a primeira parte do século XIX conheceu um último crescimento da antiga economia comercial em Angola. Mas a partir dos decisivos anos 1840-1850, os postos avançados coloniais herdados do período do comércio de homens apareceram como anacronismos. Desde então, o “anticolonialismo” dos teóricos liberais, portugueses principalmente, não dispensavam senão sarcasmos para os monopólios parasitas, para a ostentação e incompetência que caracterizavam, a seus olhos, estes vestígios de antigos impérios e absolutismo de outrora.

Este “anticolonialismo” na Metrópole não bastou, entretanto, para se abandonar as feitorias e empórios portugueses na África. Na verdade, estas polêmicas traziam as hesitações entre dois modelos táticos de dominação econômica a exercer em espaços econômicos africanos que adquiriam uma importância crescente e do qual podia se esperar melhorar o rendimento. Mesmo que este novo imperialismo seja apresentado como uma dominação puramente comercial, com uma ocupação administrativa e militar reduzida ao mínimo e como único fim divulgado, o de fazer circular os bens, em colaboração com um setor mercantil africano ativo e desenvolvido. Mesmo que se tratasse de inserir as colônias no espaço econômico da metrópole, protegendo o comércio nacional, mas também e talvez, sobretudo, assistindo as tentativas portuguesas de construir uma sociedade industrial. Desta vez, trata-se de desenvolver a ocupação, de reduzir a função dos intermediários africanos em proveito de setores mercantis coloniais, de diversificar a produção das matérias primas da colônia, assegurar um mercado às novas manufaturas da Metrópole, principalmente devido a uma unificação política e administrativa entre Portugal e suas “províncias” da África: é aqui também que se inscrevem as veleidades da colonização “branca” no sul de Angola.

Durante o século XIX, estas duas tendências, seja para a contração, seja, ao contrário, para a expansão territorial, sucederam-se em um movimento pendular. É que elas estavam ligadas às conjunturas econômicas e às transformações estruturais da economia portuguesa.

Freqüentemente, quis-se ver no imperialismo português do século XIX, um fenômeno aberrante, “não-econômico”, sob pretexto de que de um ponto de vista estritamente contábil, a máquina do Estado colonial não era rentável. Ao mesmo tempo, privilegiou-se a função dos políticos e dos militares, de seus grandes propósitos e de suas utopias a Don Quichote: a crer em certos autores, o imperialismo português teria fugido às regras comuns da expansão colonial do século XIX<sup>40</sup>. De fato, os acontecimentos desempenharam seu papel (os reveses militares dos anos 1862-1872 ajudam a compreender o refluxo da ocupação colonial) e as personalidades também: um governador é associado a uma política agressiva e de ocupação máxima, outro é associado ao recuo nos postos litorâneos. Estes fatos só têm significação no contexto dos movimentos da economia mundial, principalmente quando afetaram a economia portuguesa.

Com variantes regionais, destacam-se, durante a segunda metade do século XIX, algumas grandes fases da expansão e contração das possessões portuguesas em Angola<sup>41</sup>: estes movimentos devem ser estudados diante das conjunturas econômicas do tempo.

Na metrópole, triunfo do movimento liberal dos anos 1820-1840 inscreveu-se em uma conjuntura econômica em declínio. Estes anos são marcados pela influência dos protecionistas (industriais, artesões, intelectuais) e pelos esforços de diversificação da economia e da sociedade portuguesa, sobretudo graças à industrialização. Estas transformações da sociedade portuguesa repercutem em Angola com certo atraso, mas elas ajudam a compreender os movimentos de expansão territorial da colônia. A partir de 1845, começam as primeiras tentativas de colonização branca no sul (de início, na costa, em Moçâmedes, e na região Nyaneka, em Huíla). É ainda o espírito de conquista que é vitorioso nos anos 1850, mesmo a conjuntura estando em alta. Nestes anos se viu os esforços dos portugueses para ocupar o terreno e eliminar a concorrência comercial africana, sobretudo a dos Imbangala e dos Kongo. É somente por volta de 1860 que se inicia uma reviravolta, em pleno período de crescimento comercial, e que se generaliza uma política de retirada portuguesa: durante os anos 1862-1875, assiste-se a um refluxo, caracterizado por derrotas militares portuguesas (em Cassange, em 1862, entre os Dembo, em 1871-1872) que o governo de Luanda renuncia a vingar. No início dos anos 1870, o recuo é geral: Angola

40 Nammond, R.J. Uneconomic Imperialism: Portugal in Africa before 1910. In: Gann, L.H.; Duignan, P. *Colonialism in Africa, 1870-1960*. Cambridge, 1969, vol. I, p. 352-82.

41 Wheeler, D.; Pélissier, R. *Angola*. New York, 1971, p. 51-83: explicação política dos fluxos e refluxos da penetração portuguesa em Angola.

se retira no seu litoral, enquanto que no *sertão* o comércio é rapidamente africanizado (Silva Porto, o grande *sertanejo* do Bié perde toda sua fortuna nesta época, vítima da concorrência dos comerciantes Oyimbundu). Angola conhece, então, um rápido crescimento comercial: entre 1867 e 1873, a tonelagem, rio abaixo, do Kwanza e depois de Dondo é multiplicada por sete.

Desde o fim dos anos 1870, entra-se em nova fase de expansão territorial. É o momento dos primeiros trabalhos para a construção da estrada de ferro de Luanda para o interior, das tentativas para resolver, através de acordos diplomáticos, as ameaças que fazem pesar os interesses dos novatos na África central. É também o momento das primeiras expedições de “exploradores” portugueses, lançados nas pisadas dos viajantes alemães, ingleses, etc. Desde 1873, entrou-se em um período de contração econômica mundial e a concorrência se fez viva entre as potências estrangeiras para controlar uma parte do “bolo africano” 42.

Resolvido a se manter como um espaço político e econômico independente, Portugal procurou se garantir das cobiças de seus rivais e, por um tempo, a linguagem da expansão colonial se tornou nacionalista e militarista.

O tempo já estava a terminar para a história sertanista luso-africana e para a história das grandes redes comerciais africanas da savana, dos rios, das florestas. Com sua asfixia progressiva anunciava-se a submissão, agora clara e nítida, da África central às exigências e necessidades dos polos da sociedade industrial 43.

42 Para as flutuações da economia portuguesa, ver: Magalhães-Godinho, V. *Prix et monnaies an Portugal*. Paris, 1955. Ver também: Capela, J. *A Burguesia Mercantil do Porto e as Colonias (11894-1900)*. Porto, 1975.

43 A inspiração deste trabalho deve muito aos anos de trabalho comum com Bogamil Jewsiewicki, antigo professor na Universidade Nacional do Zaíre.